



INÊS MARIA MONTEIRO PASSINHAS

**O APADRINHAMENTO CIVIL: ANÁLISE AO SEU REGIME
JURÍDICO E COMENTÁRIO À SUA EFICÁCIA, ATÉ AGORA,
EM PORTUGAL**

Dissertação com vista à
obtenção do grau de Mestre em
Direito Forense e Arbitragem

Orientadora:

Doutora Zamira de Assis Professora da Faculdade De Direito da Universidade
Nova de Lisboa

Junho de 2020

O APADRINHAMENTO CIVIL: ANÁLISE AO SEU REGIME JURÍDICO E COMENTÁRIO À SUA
EFICÁCIA, ATÉ AGORA, EM PORTUGAL

Declaração de Compromisso de Anti-Plágio

Declaro, por minha honra, que o trabalho apresentado é da minha exclusiva autoria e que toda a utilização de contribuições ou textos alheios está devidamente referenciada.

Inês Maria Monteiro Passinhas

Lisboa, 14 de Junho de 2020

Inês Passinhas

Agradecimentos

Ao Pedro, a quem devo e dedico este trabalho.

À Emilie, que me conheceu no primeiro dia da licenciatura e ficou comigo até ao
último dia do mestrado.

À minha orientadora e encorajadora, Professora Doutora Zamira de Assis.

Declaração de Conformidade do Número de Caracteres

Declaro que esta tese, incluindo espaços e notas, ocupa um total de 96.964 caracteres.

Inês Maria Monteiro Passinhas

Lisboa, 14 de Junho de 2020

Inês Passinhas

O APADRINHAMENTO CIVIL: ANÁLISE AO SEU REGIME JURÍDICO E COMENTÁRIO À SUA EFICÁCIA,
ATÉ AGORA, EM PORTUGAL

Resumo

Esta tese de mestrado é sobre o apadrinhamento civil, que entrou em vigor em Portugal há 10 anos através da Lei n.º 103/2009. Este novo instrumento jurídico, desde a proposta de Lei de que nasce, procura ser uma alternativa à institucionalização de crianças e jovens. O legislador criou um regime jurídico mais flexível do que as demais soluções, e inspirou-se para tanto na figura tradicional do padrinho religioso. Poderá dizer-se que o apadrinhamento civil veio ocupar o lugar vazio pouco tempo depois deixado pela eliminação da figura da adoção restrita, através da Lei n.º 143/2015. No entanto, o apadrinhamento civil nunca substitui a adoção restrita, pois não constitui laços de filiação adotiva, mas cria, sim, uma relação jurídica nova, a de padrinho e afilhado. Esta relação jurídica, que se prevê de carácter permanente, estabelece-se entre uma criança ou jovem e uma pessoa ou família que fique encarregue das responsabilidades parentais, e entre as quais se estabeleçam laços afetivos que potenciem o desenvolvimento e a qualidade de vida da pessoa apadrinhada. O apadrinhamento civil não teve, ao longo da sua duração de 10 anos, o resultado esperado enquanto solução para a desinstitucionalização, registando menos de 30 crianças que cessaram o acolhimento residencial/familiar. As razões para a sua fraca eficácia, que este trabalho procura explorar, podem encontrar-se na fraca divulgação da medida, no seio das instituições relevantes; nas características do regime que prejudicam as motivações para apadrinhar, e, finalmente, na falta de apoio financeiro que é dado aos padrinhos para que cumpram o seu papel e providenciem o sustento do afilhado.

Abstract

This dissertation is about Civil Sponsorship, that was established in Portugal 10 years ago, through the Law 103/2009. This new juridical instrument, has tried, since its law proposal, to be an alternative to the institutionalization of children and minors. The legislator created a legal regime that was more flexible, in comparison to other solutions, and inspired himself on the traditional godfather role. One could say that Civil Sponsorship occupied the spot left empty by the elimination of restricted adoption, through Law 143/2015. However, Civil Sponsorship never truly replaced it, as it does not involve the creation of an adoptive filiation, but rather that of a new juridical relationship, between godfather and godson. This relationship, of expectedly permanent nature, is established between a minor and a person or family, that will be in charge of the parental responsibilities, creating bonds of affection that potentiate the development and well-being of the minor. Civil sponsorship has not had, during the 10 years of its existence, the results expected as a solution against institutionalization, registering less than 30 children that ceased the situation of institutionalization due to it. The reasons behind this ineffectiveness, which this dissertation explores, can be found on the lack of publicization of the new regime to the general public and to the relevant institutions, on the regime's characteristics that jeopardize the motivation of prospect godfathers and on the financial support provided to godfathers, so that they fulfill their role to provide for their godson.

Índice

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE ANTI-PLÁGIO	III
AGRADECIMENTOS.....	V
DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DO NÚMERO DE CARACTERES.....	VII
RESUMO	IX
ABSTRACT	X
ÍNDICE	XI

1. INTRODUÇÃO	13
2. O REGIME JURÍDICO DO APADRINHAMENTO CIVIL	15
2.1. BREVES NOTAS SOBRE A ADOÇÃO RESTRITA	15
2.2. BREVES NOTAS SOBRE O APADRINHAMENTO RELIGIOSO	16
2.3. FIGURAS SEMELHANTES À DO APADRINHAMENTO CIVIL	17
2.4. REGIME JURÍDICO DO APADRINHAMENTO CIVIL	21
2.4.1. CAPACIDADE PARA APADRINHAR	23
2.4.2. CAPACIDADE PARA SER APADRINHADO	24
2.4.3. OS DIREITOS E DEVERES DOS PAIS BIOLÓGICOS....	24
2.4.4. A INICIATIVA DO PROCESSO.....	25
2.4.5. A HABILITAÇÃO DOS PADRINHOS	26
2.4.6. COMPROMISSO DE APADRINHAMENTO	27
2.4.7. A OBRIGAÇÃO DE ALIMENTOS	27

2.4.8. OS APOIOS EXISTENTES À RELAÇÃO DE APADRINHAMENTO	28
2.4.9. A REVOGABILIDADE DO APADRINHAMENTO CIVIL	29
3. A EFICÁCIA DO APADRINHAMENTO CIVIL EM PORTUGAL	30
3.1. OS PROJETOS DE VIDA	31
3.2. ANÁLISE DOS RELATÓRIOS CASA	33
4. AS POSSÍVEIS CAUSAS PARA A INEFICÁCIA DO APADRINHAMENTO CIVIL	38
4.1. A MOTIVAÇÃO PARA APADRINHAR	38
4.2. A POSSÍVEL INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO PRÉVIA ENTRE OS PADRINHOS E OS PAIS BIOLÓGICOS	41
4.3. OS DIREITOS E DEVERES DOS PAIS BIOLÓGICOS	42
4.4. A FRACA DIVULGAÇÃO DA FIGURA DO APADRINHAMENTO CIVIL	45
4.5. A FALTA DE APOIO FINANCEIRO AO APADRINHAMENTO CIVIL	47
CONCLUSÃO	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53
ANEXO I – EXPRESSÃO DO APADRINHAMENTO CIVIL ENQUANTO PROJETO DE VIDA	57
ANEXO II – EXPRESSÃO DO APADRINHAMENTO CIVIL ENQUANTO RAZÃO PARA A CESSAÇÃO DA SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO	58
ANEXO III – NÚMERO DE CRIANÇAS E JOVENS EM SITUAÇÃO ACOLHIMENTO POR FAIXA ETÁRIA	59

1. Introdução

O regime jurídico do apadrinhamento civil é aprovado em 2009 pela Lei n.º 103/2009 de 11 de setembro. Este novo regime jurídico surge no contexto de um relatório apresentado pela Subcomissão de Igualdade de Oportunidades e Família, que concluiu pela necessidade de “*consagração do princípio da prevalência das relações afectivas profundas como elemento determinante no esclarecimento do entendimento do interesse superior da criança*”.¹

Foi ainda concluído no âmbito do mesmo relatório, e assim declarado na exposição de motivos da Proposta de Lei n.º 253/X, que faz nascer o regime jurídico, pela urgência de combater a institucionalização através de novos instrumentos, mais flexíveis do que a adoção, uma vez que esta solução não havia sido suficientemente eficaz a evitar a longa duração dos internamentos em instituições de acolhimento.

Este regime almejava então a ser uma alternativa aos institutos até então existentes, para criar relações afetivas fortes e permanentes e previa-se que subsidiário à adoção e ao regresso à família biológica. Ainda que subsidiário, o novo regime tinha um grande potencial de impactar positivamente a vida de muitas crianças: das crianças que não queriam ser adotadas, por manterem memórias positivas da sua família biológica, das crianças mais velhas que já não cumpriam os requisitos necessários a adoção, que possivelmente tinham passado anos a aguardar a integração numa família, crianças que sem o acolhimento de uma instituição se encontrariam desprotegidas ou impossibilitadas de se desenvolverem positivamente no sentido da autonomia.

O objetivo deste trabalho é analisar o Regime do Apadrinhamento Civil, e comentar a eficácia da sua aplicação nos últimos 10 anos, ou desde o seu surgimento, no combate à institucionalização, e à longa duração da situação de institucionalização, de crianças e jovens, em Portugal.

Conforme declarou a deputada Maria do Rosário Carneiro durante a discussão na generalidade da proposta de lei referida “*Quando os pais não podem,*

¹ Pág. 24, Comissão De Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades E Garantias -Subcomissão De Igualdade De Oportunidades – Relatório das audições efectuadas no âmbito da “avaliação dos sistemas de acolhimento, protecção e tutelares de crianças e jovens”, 2006.

*não são capazes de garantir à criança uma efectiva tutela «securitária» e generosa, é necessário que se encontre alguém na comunidade que tenha capacidade para fazê-lo. E, encontrando na comunidade esta figura, criamos na própria comunidade uma cultura de responsabilidade para o acolhimento destas mesmas crianças”.*²

² Pág. 15, citação da deputada Maria do Rosário Carneiro (PS) Assembleia da República, Série I, X Legislatura, Sessão Legislativa 04, Número 081, 2009-05-16.

2. O Regime Jurídico do Apadrinhamento Civil

2.1. Breves Notas sobre a Adoção Restrita

Não podemos falar do regime do Apadrinhamento Civil sem uma menção breve sobre o regime da Adoção Restrita, que o precedeu, e que o Apadrinhamento eventualmente acabou por, de certa forma, “substituir”.

A adoção restrita é revogada pela Lei n.º 143/2015. A adoção plena passa a ser simplesmente adoção, com o Novo Regime Jurídico do Processo de Adoção. e torna-se mais aberta, possibilitando o contacto entre o adotado e elementos da família biológica, excecionalmente, e também acrescentando o direito de conhecimento das origens no Código Civil, aditando o artigo 1990-A.º.

Antes de tudo isto, a adoção restrita era um instrumento de pouca expressividade, contando apenas 310 casos entre 1993 e 2015, numa média de 13 casos por ano (ou 2,99% do total de casos de adoção), contrastando com a adoção plena.³ Ainda, relevante dizer que o número anual de casos de conversão da adoção restrita em plena se revela quase sempre igual ao superior ao número de constituição de vínculo de adoção restrita. Este facto é demonstrativo do uso deste instrumento para facilitar a adoção plena.

A adoção restrita criava uma relação jurídica de filiação adotiva, que coexistia com a filiação natural, diferentemente à adoção plena, e era de resto muito diferente a esta em inúmeras características, oferecendo menos vantagens ao adotante, mas comportando quase as mesmas exigências em termos de pressupostos.

Poderá assim explicar-se a sua fraca expressão prática, pois a vontade dos adotantes era a de estabelecer finalmente a adoção plena, e só nos casos em que os requisitos desta não se encontrarem reunidos era a adoção restrita a solução escolhida.

³ Fonte: PORDATA disponível em <https://www.pordata.pt/DB/Portugal/Ambiente+de+Consulta/Tabela>

Em relação ao apadrinhamento civil, a adoção restrita era mais exigente nos requisitos ⁴ e uma vantagem importante do apadrinhamento civil, para os padrinhos, é que a sua obrigação de alimentos é subsidiária à dos pais, contrariamente ao que acontecia na adoção restrita.

Na verdade, não se pode dizer que o apadrinhamento civil substitui a adoção restrita, pois as expectativas dos potenciais padrinhos não poderão ser as mesmas, às de filiação. O relatório CASA 2010 caracteriza o apadrinhamento civil como “*um instituto situado entre a adoção restrita e a tutela*”, e parece-nos que tal descrição se aproxima mais da realidade. O apadrinhamento civil não cria uma relação de filiação nem concorre com a adoção, sendo-lhe subsidiário. A relação entre padrinho ou madrinha e afilhado não se confunde com a de pai ou mãe e filho, de acordo com o espírito deste novo regime. Ainda assim, alguns pontos que trataremos adiante poderiam sugerir essa confusão.

2.2. Breves Notas sobre o Apadrinhamento religioso

As figuras do “padrinho” ou “madrinha” no apadrinhamento civil inspiram-se nos padrinhos e madrinhas do apadrinhamento religioso. O apadrinhamento religioso surge no cristianismo como uma forma de solidariedade familiar, em que o padrinho se encarrega de ser o “pai espiritual” do afilhado, transmitindo-lhe sabedoria e contribuindo para o seu desenvolvimento religioso, mantendo uma relação próxima com a família. A relação, de cariz afetivo e para-familiar representava também um impedimento matrimonial entre padrinho e afilhado, um ponto em comum com o nosso apadrinhamento civil.

Ainda que inspirado no apadrinhamento religioso, podemos facilmente identificar importantes diferenças entre este e o apadrinhamento civil.

Poderemos dizer que a criação de uma relação duradora é compatível com a figura religiosa do padrinho, normalmente próximo da família, por manter relações de amizade com os pais e muitas vezes fazendo mesmo parte da família

⁴ “O padrinho é menos do que um adoptante restrito no sentido em que os requisitos de apadrinhamento civil são menos exigentes, a dispensa do consentimento para a constituição do apadrinhamento civil é mais fácil do que para a constituição da adopção restrita, não se prevê a atribuição ao afilhado de apelidos do padrinho, não há direitos sucessórios recíprocos entre padrinho e afilhado, e a revogação do vínculo de apadrinhamento civil é mais fácil do que a revogação da adopção restrita.”, pág. 4, Proposta de Lei n.º 253/X, Presidência do Conselho de Ministros, 05 de fevereiro de 2009.

alargada. Diferentemente do que acontecerá nas relações padrinho-afilhado tradicionais, com o apadrinhamento civil estamos perante a criação de responsabilidades mútuas possivelmente definidas entre pessoas que pouco se conheceram antes da constituição do vínculo, e onde a vivência conjunta e familiar serão uma certeza.

O padrinho religioso, na maior parte das vezes, não se encarregará do sustento do afilhado, da sua guarda e educação, a menos que os pais se ausentem ou por outra qualquer razão não possam estar com os filhos. A relação do padrinho religioso com o afilhado apresenta-se, então, tendencialmente, de menor responsabilidade e exigência. Por outro lado, a relação de apadrinhamento civil entre pessoas previamente desconhecidas não terá a mais-valia inicial das boas relações entre o padrinho e a família biológica do afilhado, que caracteriza o apadrinhamento tradicional e muito pode influenciar no sucesso da relação de apadrinhamento.

2.3. Figuras semelhantes à do Apadrinhamento Civil

Em outros países existem figuras semelhantes ao apadrinhamento civil, no aspeto da não quebra do vínculo biológico aos pais, mas com a característica atribuição da guarda e responsabilidade parental aos “pais adotivos”, que no ordenamento português equivalem à figura dos padrinhos.

A análise das diferentes figuras enriquece o estudo desta nossa.

De acordo com estudo publicado pelo *Department of Economic and Social Affairs* das Nações Unidas, as figuras de “adoção informal” são muitas vezes vistas como preferíveis. O estudo refere que a adoção informal, ou “de facto adoption” significa uma modalidade diferente à que no ordenamento jurídico português nomeamos como adoção, na qual não está prevista a mesma definitividade nem o característico corte da ligação com os pais biológicos.⁵

America

Casos de modalidades semelhante a esta são encontrados pelo estudo na América do Norte, onde os pais biológicos mantêm um papel ativo na vida das

⁵ Department of Economic and Social Affairs Population Division, Child Adoption: Trends and Policies, New York, UNITED NATIONS, 2009, pág. XV.

crianças “adotadas” e o direito de quebrar o laço das mesmas com a família adotiva, caso acreditem que este cria um risco para aquelas.⁶

Oceânia

Também no continente Oceânia várias populações tradicionais revelam práticas semelhantes de adoção informal, de acordo com o já mencionado estudo. Estas reúnem características similares à do apadrinhamento civil, no sentido de permitirem o contacto com os pais biológicos, mas de centralizarem as responsabilidades parentais em membros da família alargada ou da mesma comunidade. Muitas vezes as crianças são criadas por várias famílias ao longo do seu crescimento, mantendo, contudo, o acesso à sua família biológica.

O formato de adoção informal varia desde a transmissão total das responsabilidades e direitos parentais até à simples provisão de alimentos pela família “adotiva”. Tradicionalmente constituído por via oral, este tipo de adoção não prevê a sucessão de bens entre os pais adotivos e a criança.

A “adoção informal” na Oceânia teria, entre outras, as funções de estreitamento das relações entre as famílias de uma comunidade e de fortalecimento de ligações entre comunidades. As crianças adotadas tinham um contributo para a economia no novo seio familiar, ao ajudar com as tarefas domésticas. Esta dinâmica funcionaria também como forma de redistribuição dos recursos, ao permitir a famílias mais empobrecidas a possibilidade de ver os seus descendentes serem criados por famílias com maiores capacidades económicas mantendo os vínculos familiares biológicos.

Este tipo de modalidade informal veio a ser substituído pela adoção formal, mas outras figuras similares foram sendo criadas e transpostas para nova legislação (caso de “additional guardianship” - New Zealand, Law Commission, 1999 and 2000).⁷

⁶ Department of Economic and Social Affairs Population Division, Child Adoption: Trends and Policies, New York, UNITED NATIONS, 2009, pág. 29.

⁷ Department of Economic and Social Affairs Population Division, Child Adoption: Trends and Policies, New York, UNITED NATIONS, 2009, pág. 31

França

Em França, a figura de nome “*simple adoption*”, ou adoção simples (em oposição a “*full adoption*” ou adoção plenária), tal como no Apadrinhamento Civil em Portugal, prevê que o filho adotivo (tal como o afilhado) mantém a sua filiação à sua família de origem, e preserva todos os seus direitos, inclusive de herança. Os impedimentos matrimoniais também se mantêm.

A adoção simples é permitida independentemente da idade do filho adotivo. Se sérias razões o justificarem, uma criança que foi adotada de forma plena pode ser adotada simplesmente. Também pode ser adotada uma segunda vez pela esposa/o do pai adotivo, mas se for maior de 13 anos, tem de consenti-lo.

Na adoção simples o pai adotivo tem, em relação ao filho adotivo, todos os poderes de autoridade parental⁸. O filho adotivo e o pai adotivo têm a obrigação recíproca de alimentos. Contudo, ao contrário do que acontece no Apadrinhamento Civil, os pais biológicos têm uma obrigação secundária.

Outra diferença, em relação às duas figuras é de que na adoção simples o filho adotivo recebe o apelido do pai adotivo e, apesar de esta adoção ser revogável a adição do apelido é o único efeito que não cessa com a revogação.

Brasil

O “Apadrinhamento Afetivo”, em vigor no Brasil, é definido como “*um programa para crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente, com poucas possibilidades de serem adotados, que tem por objetivo criar e estimular a manutenção de vínculos afetivos, ampliando, assim, as oportunidades de convivência familiar e comunitária.*”⁹.

Esta figura introduz o padrinho como fonte de um novo vínculo afetivo, alternativo aos experimentados pela criança institucionalizada no seu dia-a-dia, mas que não exerce as responsabilidades associadas ao vínculo de filiação. A criança poderá passar férias ou fins-de-semana com o padrinho e a sua família, fora da instituição que tem a sua guarda, de forma a experimentar um ambiente de convívio familiar.

⁸ Family Code of 1939, France.

⁹ Provimento CG N° 36/2014, artigo 2.º.

O padrinho pode também fazer visitas regulares à instituição de forma acompanhar a criança em momentos importantes, e contribuir financeiramente para o sustento da mesma (apadrinhamento financeiro).

Tal como no apadrinhamento civil, o padrinho passa por um processo de habilitação, de forma a garantir a sua aptidão e idoneidade para o desempenho de um papel tão próximo de uma criança.

A modalidade tem uma vantagem em relação à nossa figura em estudo, pois cria uma oportunidade para conhecer e apoiar diferentes crianças ou jovens, que dá resposta aqueles que, apesar de interessados em apadrinhar, hesitam devido à grande responsabilidade que acompanha a guarda de uma criança.

Ainda que institucionalizada, uma criança beneficia da atenção individual e vínculo afetivo saudável que este regime pode trazer, desde que garantida a habilitação do padrinho.

Reino Unido

No Reino Unido, a figura *Special Guardianship*, introduzida no ordenamento jurídico através do *Adoption and Children Act 2002*, tem características semelhantes às do apadrinhamento civil, uma vez que permite a pessoas maiores de 18 anos, sem filhos, a possibilidade de requerer ao Estado que lhes entregue a guarda de uma criança que pelas mais diversas razões não possa estar com a família biológica. Os “guardiões” ficam encarregues das responsabilidades parentais da criança, mantendo a possibilidade de deixar intactas as relações daquelas com a sua família¹⁰.

Aqui é relevante sublinhar que a figura é utilizada maioritariamente por membros da família alargada da criança ou até irmãos e que tem visto o seu uso aumentar exponencialmente desde o seu surgimento. Relativamente a isso, de notar que o sistema de apoio implementado para as ordens de *guardianship* prevê subsídios para assistência financeira ao cumprimento das responsabilidades parentais do “Guardião”, especialmente se a criança tiver necessidades especiais.¹¹

¹⁰ LOWE, Nigel; DOUGLAS, Gillian, *Bromley's Family Law*, Oxford, University Press, 2015, p. 739.

¹¹ LOWE, Nigel; DOUGLAS, Gillian, *Bromley's Family Law*, Oxford, University Press, 2015, p. 738.

2.4. Regime Jurídico do Apadrinhamento Civil

Segue-se uma análise do atual regime jurídico do Apadrinhamento Civil, aprovado pela Lei n.º 103/2009, de 11 de setembro, e atualizado pela Lei n.º 141/2015, de 08 de setembro.

O Regime começa por definir o conceito jurídico de apadrinhamento civil, como uma relação jurídica que estabelece um vínculo entre uma pessoa singular menor, e um adulto (apadrinhamento singular) ou família (apadrinhamento plural).

A criação da relação jurídica surge de uma combinação entre um ato de direito privado, uma vez que a constituição resulta de uma expressão de vontade entre as partes (o afilhado deverá consentir se maior de 13 anos, mas mesmo antes a sua vontade poderá ser considerada), e um ato de direito público, já que o tribunal irá homologar o acordo de apadrinhamento, e mesmo antes, condicionar a própria existência de tal acordo, fazendo-a depender da habilitação do padrinho.

A relação jurídica contém um sujeito passivo, o padrinho, titular dos deveres jurídicos, sobre o qual recaem as principais obrigações devidas, e o sujeito ativo, o afilhado, que será o beneficiário principal da relação. Esta relação jurídica importa um vínculo entre uma pessoa singular menor, e um adulto (apadrinhamento singular) ou família (apadrinhamento plural).

O apadrinhamento será então singular, quando constituído apenas em relação uma pessoa, padrinho ou madrinha, mesmo com o consentimento de um eventual conjugue, e enquanto subsistir não se poderão constituir novos apadrinhamentos sobre o mesmo afilhado, de acordo com o artigo 6.º da Lei do Apadrinhamento Civil.

O artigo 6.º estabelece como exceção à proibição de constituição de vários apadrinhamentos civis sobre a mesma criança ou jovem, a existência de uma vivência em família, por parte dos diversos padrinhos, deixando então aberta a possibilidade de apadrinhamento plural. Assim, a relação pode ser alargada a esse conjugue, ou à pessoa que viva em união de facto com o padrinho ou madrinha, sendo então um apadrinhamento civil por família. Também pode acontecer que um apadrinhamento posterior substitua o anterior, caso o primeiro tenha sido revogado por decisão judicial.

O apadrinhamento civil recai então sobre uma criança, entendendo-se a pessoa com idade entre os 0 e os 12 anos, ou o jovem, desde os 12 anos até à maioridade de acordo com a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (artigo 10.º) e de jurisprudência que o confirma.¹² Como veremos adiante, a questão do apadrinhamento civil incidir sobre uma criança ou sobre um jovem terá a sua relevância na aplicação das normas constantes do regime jurídico em análise.

Finalmente, da análise do artigo 2.º da Lei do Apadrinhamento Civil se retira que a finalidade é o estabelecimento de laços afetivos entre padrinho(s) e afilhado, em proveito da criança ou jovem, cuja situação familiar não lhe permite permanecer ao cuidado e guarda dos seus progenitores. O objetivo é a não institucionalização ou a desinstitucionalização da criança, através da sua integração num ambiente para-familiar, no qual a criança receberá carinho e atenção, para além da simples guarda ou administração dos seus bens.

O facto de a relação jurídica no apadrinhamento civil ser tendencialmente permanente logo o distingue de outras soluções de promoção da segurança da criança, como por exemplo o acolhimento familiar, de que falaremos adiante, ou a tutela. A tutela extingue-se com a maioridade ou pela constituição de apadrinhamento civil, como se pode ler do artigo 1962.º do Código Civil, e também não pressupõe a criação de laços afetivos que se espera do apadrinhamento civil¹³. Esta ambição de criar laços afetivos permanentes é um ponto comum que o apadrinhamento civil tem com a adoção.

É pertinente sublinhar que o processo judicial de apadrinhamento civil é de jurisdição voluntária, podendo o juiz decidir sem fazer uso exclusivo da lei, mas sim, tendo em conta critérios de conveniência e o superior interesse da criança.

No artigo 3.º são definidos pressupostos objetivos de aplicabilidade da legislação em análise. Independentemente da nacionalidade do menor, o regime será aplicável a todas as crianças e jovens que residam habitualmente no território Português. Observa-se a influência da convenção europeia, aprovada no Decreto n.º 52/2008, que no seu 5º artigo, dota competências ao Estado Português para a

¹² Proc. 289/07.4TBVNO.C1, Acórdão da Relação de Coimbra de 22-05-2007, Relator: Garcia Calejo

¹³ “A tutela desempenha funções conhecidas no sistema, e poderia pensar-se que bastaria alargar o seu âmbito. Porém, a tutela ocupa há muito tempo um espaço tradicional, pressupõe a ausência dos pais, e não sugere uma dimensão afectiva, emocional, que agora se deseja promover.”, pág. 3, Proposta de Lei n.º 253/X, Presidência do Conselho de Ministros, 05 de fevereiro de 2009.

promoção de medidas de proteção das crianças que tenham residência habitual em Portugal, ou seja, não apenas a crianças de nacionalidade portuguesa.¹⁴ Esta competência é de importância significativa, num mundo globalizado e tendo em conta os fluxos migratórios na Europa, que podem traduzir-se num aumento de populações fragilizadas, e de crianças a necessitar de proteção.

A mesma convenção define a sua aplicação desde o nascimento da pessoa até quem atinja dezoito anos de idade, pelo que por criança se poderá entender criança ou jovem, de acordo com a definição oferecida pela Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.

2.4.1. Capacidade para apadrinhar

Na filiação natural, não há qualquer controlo do Estado. Qualquer pessoa tem o direito a procriar¹⁵ e a regulação do estado surge após o facto, na definição das responsabilidades parentais, de acordo com o interesse da criança. Na adoção e no apadrinhamento não é assim. O Estado surge anteriormente à relação jurídica, na aceitação ou rejeição dos candidatos, durante o processo de habilitação. Esta necessidade de verificar a capacidade de apadrinhar ou adotar surge no cumprimento da função do estado de proteger a criança, de acordo com o seu interesse, enunciada pelo artigo 69.º da Constituição, e complementada pelos artigos 3.º¹⁶, e 20.º da Convenção dos Direitos da Criança. Tais artigos atribuem ao Estado um peso maior na sua função, quando em relação a “*crianças temporária ou permanentemente privadas do convívio familiar ou que, em seu próprio interesse, não devem permanecer no ambiente familiar*”, estas “*terão direito a proteção e assistência especiais do Estado*”¹⁷. Esta especial proteção não se poderia verificar se a pessoa a quem serão confiadas as crianças apadrinhadas não fossem previamente avaliadas. Por um lado, as suas intenções e expectativas, serão avaliadas para determinação da probabilidade de uma boa adaptação à realidade

¹⁴ Convenção relativa à Competência, à Lei Aplicável, ao Reconhecimento, à Execução e à Cooperação em Matéria de Responsabilidade Parental e Medidas de Protecção das Crianças, adotada na Haia em 19 de Outubro de 1996, artigo 5.º.

¹⁵ Artigo 12.º da CEDH.

¹⁶ “Todas as ações relativas à criança, sejam elas levadas a efeito por instituições públicas ou privadas de assistência social, tribunais, autoridades administrativas ou órgãos legislativos, devem considerar primordialmente o melhor interesse da criança”.

¹⁷ De acordo com o artigo 20.º Resolução da Assembleia da República n.º 20/90, Convenção dos Direitos da Criança.

de cuidar de uma criança. As expectativas de alguém que apadrinha não poderão ser as mesmas do que as de alguém que adota, por exemplo.

É fixado um limite mínimo de idade como condição da capacidade de apadrinhar. A capacidade será determinada no momento da habilitação para padrinho. Uma vez que não é estabelecido um limite máximo, ao contrário do que acontecia na adoção restrita, qualquer pessoa poderá apadrinhar mesmo depois dos 60 anos, desde que seja habilitada para o efeito. A habilitação é regulada no artigo 12.º do presente diploma, e como também no Decreto-lei 121/2010, de 27 de Outubro.

2.4.2. Capacidade para ser apadrinhado

São previstos, como requisitos para a capacidade para ser apadrinhado: ser menor de idade, não reunir os pressupostos de adotabilidade¹⁸, e a existência de uma vantagem real, no apadrinhamento civil, para a criança ou jovem, aferida de acordo com o interesse superior dos mesmos. São também enumeradas as situações específicas, a verificar, na situação atual da criança, nas quais o apadrinhamento poderá ser promovido.

2.4.3. Os Direitos e Deveres dos Pais Biológicos

A atribuição do exercício das responsabilidades parentais dos padrinhos é feita no artigo 7.º. Estas podem ser limitadas através de compromisso de apadrinhamento ou impostas pelo juiz, em decisão judicial. O exercício daquelas é ainda regulado, por remissão, nos artigos 1936.º e 1941.º do Código Civil.

No artigo 8º, são elencados os direitos dos progenitores e consistem em conhecer a identidade dos padrinhos e ter uma forma de os contactar, conhecer o local onde residirá o filho e ter uma forma de o contactar, receber informações sobre o seu desenvolvimento, bem como fotografias ou outro registo de imagens e, finalmente, o direito a visitar o filho, de acordo com um plano de visitas

¹⁸ Segundo orientação formulada pelo 4º Encontro de Magistrados da Jurisdição de Família e Menores do Distrito de Lisboa: “Quando haja conhecimento da absoluta inviabilidade da adoção de criança ou jovem (...) deverá o MPº - face à impossibilidade de revisão de tal medida, (...) requerer, por apenso ao processo de promoção e proteção (...) a constituição da relação de apadrinhamento civil, nos termos do art.º 5º, nº 2 da Lei nº 103/2009, de 11 de Setembro, reunidos que se mostrem os necessários pressupostos;”

estabelecido no compromisso de apadrinhamento. Podem ser atribuídos outros direitos aos pais ou a terceiros no compromisso de apadrinhamento, desde que os mesmos não prejudiquem a natureza e objetivos da constituição do vínculo.¹⁹ Os direitos mencionados podem ser limitados por decisão judicial, considerando uma avaliação em concreto da situação dos pais biológicos, que, no exercício de tais direitos, não poderão comprometer a segurança e desenvolvimento da criança ou mesmo pôr em risco a relação de apadrinhamento.

Os princípios orientadores da relação entre pais e padrinhos, são, entre outros, o respeito e cooperação mútuos, que facilitam o sucesso da relação do apadrinhamento civil e o bem-estar do afilhado, já que a preservação das ligações afetivas com os pais biológicos é um dos objetivos diferenciadores deste regime.

2.4.4. A Iniciativa do Processo

No artigo 10.º são enumeradas taxativamente as entidades que dispõem de legitimidade para tomar iniciativa de abertura do processo de apadrinhamento. É de notar que se excluí o futuro padrinho, que, não tendo iniciativa para dar início ao processo, pode candidatar-se para ser padrinho através dos serviços da Segurança Social, e pode também na sua candidatura referir-se a uma determinada criança. Depois de habilitados os interessados em apadrinhar, é feita pelos serviços da Segurança Social uma “procura de criança ou jovem criança ou jovem com características compatíveis com as suas características enquanto padrinho civil habilitado”.²⁰ A iniciativa do processo caberá então a esta entidade, que fica encarregue de estabelecer a primeira ligação entre duas pessoas (pelo menos) que possivelmente nunca se conheceram.

Contudo, a designação também pode acontecer antes da habilitação, nos casos em que a iniciativa do processo parta dos pais, do representante legal, da pessoa que tenha a sua guarda de facto, ou mesmo da criança ou do jovem.

Ainda sobre a questão da iniciativa, a possibilidade de permitir a iniciativa do menor com idade superior a 12 anos (ainda que tendo como intermediário um patrono nomeado pelo tribunal), suscitou dúvidas aquando da discussão desta Lei

¹⁹ PINTO, António Clemente, Guia de Procedimentos do Processo de Promoção e Proteção – Regime Jurídico do Apadrinhamento Civil, ALMEDINA, 2011, pág. 125.

²⁰ <http://www.seg-social.pt/apadrinhamento-civil>

na generalidade. O deputado Feliciano Barreiras Duarte afirmou: “*é admissível que uma criança de 12 anos possa ter a iniciativa de solicitar o seu próprio apadrinhamento civil, como inequivocamente decorre do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 10.º da proposta de lei em discussão? Que efeitos pode ter esse poder de iniciativa nas relações familiares existentes entre essa criança e a sua própria família biológica?*”.²¹

António Clemente Pinto, professor doutorado em Direito Civil e fundador do Centro de Direito da Família, da Faculdade de Direito de Coimbra, acredita, contudo, que “*não podia deixar de se garantir o direito à palavra à própria criança, assim, reconheceu-se-lhe o direito a reclamar para si a oportunidade de beneficiar de um projeto de vida, que lhe garanta que sejam colmatadas as lacunas educacionais que se vêm verificando*”.²²

2.4.5. A Habilitação dos Padrinhos

A escolha dos padrinhos é feita durante cada processo de apadrinhamento, de entre os padrinhos habilitados constantes de uma lista regional. As listas de padrinhos habilitados são divididas por região para facilitar a concretização da finalidade de manter o contacto entre a criança e os pais, evitando assim a maior distância geográfica que selecionar um padrinho de uma única lista nacional poderia trazer, e a dificuldade ou impossibilidade de cumprimento do direito a visitas supra mencionado.²³ Este direito é de tal forma importante para o legislador que o incumprimento do regime de visitas, por parte dos padrinhos, pode resultar na revogação do apadrinhamento.

Ao critério formal de idade superior a 25 anos, acrescem a avaliação da idoneidade²⁴ e autonomia de vida do candidato a padrinho enquanto requisitos para a habilitação. O artigo 3.º do decreto lei nº121/2010 pode ajudar a densificar estes conceitos indeterminados, e o artigo 4.º determina que será elaborado relatório

²¹ DAR - I Série n.º 81, pág. 13.

²² PINTO, António Clemente, Guia de Procedimentos do Processo de Promoção e Protecção – Regime Jurídico do Apadrinhamento Civil, ALMEDINA, 2011, pág. 127.

²³ RIBEIRO, Diana – Apadrinhamento Civil, Coimbra: Universidade de Coimbra, 2015, pág. 15.

²⁴ “Idoneidade quer dizer, genericamente, seriedade e competências mínimas para a vida de relação (...) e para assumir as responsabilidades parentais e cívicas como faria uma pessoa média, colocada no lugar de padrinho ou madrinha”, pág. 100, OLIVEIRA, Guilherme de; Pereira Coelho, F. M. - Adoção e Apadrinhamento Civil, Direito da Família, 2019.

psicossocial dos candidatos, no prazo de 6 meses desde a candidatura, antes da decisão sobre a habilitação.

2.4.6. Compromisso de Apadrinhamento

No artigo 14.º são enunciadas as entidades cujo consentimento é obrigatório para que seja constituído o apadrinhamento, e determinadas as situações em que o consentimento pode ser dispensado.

O artigo 16.º identifica os elementos obrigatórios a constar do compromisso de apadrinhamento civil, contendo este a determinação da extensão do exercício das responsabilidades parentais dos padrinhos, definindo, a existirem, quaisquer limitações às mesmas (que poderão em alternativa constar da decisão judicial). O artigo 1878.º/1 do CC, descreve as responsabilidades parentais como poderes/deveres dos pais, que incluem a guarda, a educação, assistência, representação e administração de bens, dos filhos. As eventuais limitações às responsabilidades parentais dos padrinhos poderão incidir sobre alguns desses poderes/deveres. Porém, não haverá limitação do poder de guarda sobre o afilhado, uma vez que a natureza do apadrinhamento civil pressupõe que o afilhado fique à guarda e ao cuidado dos padrinhos.

O apadrinhamento civil poderá ser constituído por decisão do tribunal ou por compromisso de apadrinhamento civil homologado pelo tribunal. A constituição ou a sua revogação são averbados ao assento de nascimento da criança e a comunicação e o registo são efetuados imediatamente no dia seguinte ao do trânsito em julgado da decisão pelo tribunal competente para a mesma.

2.4.7. A Obrigação de Alimentos

Uma ajuda à execução das responsabilidades parentais por parte dos padrinhos poderá ser assegurada pela obrigatoriedade de fixação do montante de alimentos devidos pelos pais, na medida das necessidades do alimentado, caso estes não se encontrem em situação de carência económica que os impossibilite de cumprir esta obrigação. Caso contrário, serão os padrinhos os prestadores de alimentos, de acordo com o artigo 21.º/1.

De facto, os padrinhos e o afilhado, são reciprocamente vinculados à prestação de alimentos, mas esta responsabilidade é subsidiária quanto à obrigação que cabe aos pais do afilhado e aquela que afeta os filhos do padrinho. A existir, esta responsabilidade mantém-se durante a menoridade do afilhado ou até que ele complete a sua formação profissional, nos termos do artigo 1880º do Código Civil. No entanto, e apesar do apadrinhamento civil enquanto vínculo, só terminar por revogação judicial, os restantes direitos e obrigações inerentes ao mesmo cessam com a maioridade ou emancipação do afilhado, sendo as únicas exceções para essa regra a mencionada obrigação de alimentos e as disposições que sejam estabelecidas em contrário no compromisso de apadrinhamento civil.

2.4.8. Os Apoios Existentes à Relação de Apadrinhamento

De modo a concretizar o objetivo de estabelecimento de laços afetivos entre o padrinho e a criança jovem, que promovam o seu bem-estar e desenvolvimento, o artigo 20.º prevê um mecanismo de acompanhamento e apoio a prestar por entidades com competência e formação apropriada. Estas entidades terão a missão de contribuir para o êxito da nova relação jurídica e avaliar o seu sucesso, tendo em conta o interesse do afilhado no contexto das informações necessárias para tal avaliação, que deverão constar no compromisso de apadrinhamento. Essas informações deverão ser prestadas pelos padrinhos ou pelos pais, representante legal ou pessoa que tinha a guarda do afilhado, à entidade responsável de fazer o mencionado acompanhamento e apoio. Este apoio terá a duração máxima de 18 meses e cessará quando a entidade responsável concluir pela normal integração familiar do afilhado.

O artigo 23.º do regime, determina benefícios como a aplicabilidade aos padrinhos do regime de faltas ao trabalho, o direito a prestações sociais nos mesmos termos dos pais e dos filhos, aos padrinhos e afilhados, e a que estes possam acompanhar-se reciprocamente na assistência à doença. O afilhado é considerado pessoa integrante do agregado familiar dos padrinhos para efeitos de dedução por cada dependente, de despesas de educação e saúde, ficando o padrinho a beneficiar desta proteção nos encargos familiares.

2.4.9. A Revogabilidade do Apadrinhamento Civil

O vínculo do apadrinhamento civil poderá ser revogado, cabendo a decisão ao tribunal, por incumprimento dos deveres assumidos pelo padrinho em detrimento do superior interesse do afilhado, quando a criança ou jovem tenha comportamentos que demonstrem que a situação de apadrinhamento não teve sucesso ou se tenha tornado insustentável, ou por acordo do padrinho e do afilhado maior.

Sobre a revogação do vínculo, no artigo 26.º, são enumerados os direitos que se mantêm na esfera jurídica dos padrinhos quando o apadrinhamento civil é revogado contra a sua vontade e sem sua culpa. Estes direitos consistem em manter um certo grau de contacto com a criança ou jovem desde que este exercício não contrarie o interesse da mesma.

3. A Eficácia do Apadrinhamento Civil em Portugal

Acreditamos que a eficácia do Regime de Apadrinhamento Civil consegue ser medida através da sua expressão ou aplicabilidade enquanto resposta à institucionalização de crianças. A eficácia está ligada à sua qualidade enquanto resposta, ou seja, à sua capacidade de produzir um resultado desejável. Esse resultado seria a segurança e bem-estar da criança, num ambiente familiar estável.

Por outro lado, o conceito de eficiência exige uma ponderação dos custos e benefícios associados à norma. Quando estamos numa situação de eficiência devemos ter sempre em consideração o conceito de compensação, na medida em que aqueles que estão numa situação de bem-estar podem sempre optar por ajudar os mais prejudicados, aumentando o bem-estar social em média²⁵.

A melhor norma será aquela da qual resultaria melhor para o maior número de indivíduos, mesmo com a compensação. O cálculo do bem-estar, i.e., o benefício líquido resulta de uma subtração do bem-estar social para com os custos. Uma medida só será vantajosa se o benefício que conseguimos extrair for superior aos custos.

Assim, comentaremos a eficácia e eficiência do Regime do Apadrinhamento Civil atualmente, descrevendo a sua aplicabilidade e a sua qualidade enquanto resposta capaz de produzir um resultado favorável, para o maior número de crianças possíveis. Iremos depois questionar a possibilidade de aumento desta eficiência e eficácia, tendo em conta a possibilidade de compensação ao padrinho/madrinha, e outras oportunidades de melhoria do benefício/vantagem para as partes envolvidas no processo. Para esse efeito analisaremos primeiramente os relatórios CASA, dos quais conseguimos extrair os dados estatísticos demonstrados nos gráficos presentes nos Anexos I e II.

²⁵ “É nesse sentido que por meio do critério de eficiência Kaldor-Hicks, um resultado seria mais eficiente se os que se beneficiam da mudança possam, teoricamente, compensar os que sofrem as consequências, constituindo em um resultado melhor de acordo com Pareto.”, pág. 15, MARTINS BOTELHO, Martinho, “A eficiência e o efeito kaldor-hicks: a questão da compensação social”, Revista de Direito, Economia e Desenvolvimento Sustentável, 2016.

3.1. Os Projetos de Vida

Para as crianças em risco, cuja segurança poderá passar pelo afastamento da família e por outras soluções de proteção que assegurem o seu bem-estar e desenvolvimento, várias respostas são apresentadas pelo Instituto da Segurança Social. Descrevemos agora algumas das principais, brevemente, de forma a contextualizar depois a expressão atual do Apadrinhamento Civil, no seio das demais soluções.

O Acolhimento Familiar é uma resposta social que se destina a apoiar crianças ou jovens até aos 18 anos a quem tenha sido aplicada pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens ou pelo Tribunal, medida de promoção e proteção de acolhimento familiar. Esta medida, de carácter temporário, consiste em atribuir a criança à confiança de uma pessoa ou família, com habilitação para esse efeito. A criança recebe cuidados e é integrada em meio familiar. Nesta medida, o acolhimento é visto como uma função profissional da família de acolhimento, e o serviço prestado é remunerado. É ainda fornecido um subsídio para a manutenção das crianças em acolhimento.

O Acolhimento Residencial é uma resposta social destinada à colocação da criança a quem tenha sido aplicada medida de promoção e proteção de acolhimento residencial, aos cuidados de uma entidade com recursos e capaz de assegurar o sustento e o desenvolvimento de uma criança. A autonomização é um dos possíveis projetos de vida (e também o de maior expressividade ao longo dos anos, como se pode ver no Anexo III, de uma criança ou jovem, para os quais não se pareça adequar qualquer medida de desinstitucionalização.

Finda esta análise, interessa-nos referir que a definição do projeto de vida influenciará positivamente o aproveitamento e a expressão de um instrumento como o do apadrinhamento civil, não só numa primeira avaliação, mas numa possível reavaliação. Na perspetiva de uma primeira avaliação, e porque o apadrinhamento civil será subsidiário à adoção ou à reintegração na família de origem, deverão ser tidas em consideração na definição do projeto de vida mais adequado, pelos organismos competentes da segurança social, ou pelas instituições de acolhimento, para além dos demais critérios, a probabilidade de adotabilidade de cada criança, tendo em conta as suas características e os critérios preferenciais dos pais adotivos.

De acordo com Guilherme de Oliveira “*uma criança que possa ser adotada não deve ser apadrinhada; uma criança que possa ser apadrinhada não deve ser adotada.*”²⁶. Isto porque, se se verificam vantagens para a criança no mantimento das relações afetivas com os pais biológicos, a adoção não será a melhor solução (embora o recente carácter mais aberto da mesma em relação ao contacto com a família de origem, que permanece excecional). Contrariamente, uma criança com memórias dolorosas da sua família de origem, ou onde se verifique uma quebra de relações irreconciliável, deverá ser adotada e não apadrinhada.

Sobre a segunda afirmação acima, consideramos ser no melhor interesse da criança ter em conta, na definição de um projeto de vida de adoção, as hipóteses probabilísticas da mesma ser adotada. Ainda que esta pareça ser a solução que melhor assegurava o bem-estar e segurança da criança, se a probabilidade de tal projeto de vida vir a concretizar-se for baixa, o interesse da criança não está a ser verdadeiramente defendido.

Assim, e mesmo que os laços com a família de origem se encontrem gravemente danificados, com possibilidade remota de serem recuperados, nos casos de crianças com características que dificultem muito a sua adotabilidade (idade, estado de saúde, características comportamentais), cremos que valeria a pena considerar o apadrinhamento, fazendo uso do art.º 5º da Lei do Apadrinhamento Civil, de forma a evitar uma improvável filiação adotiva ou uma longa espera por uma nova família.

Numa posterior avaliação do projeto de vida, a urgência destas considerações agrava-se e deve ser fundamentada, como sublinha o Instituto da Segurança Social no Relatório CASA 2018, ao afirmar que “*quando, após reapreciação fundamentada da situação, se demonstre que a adoção de determinada criança é inviável em tempo útil, o apadrinhamento civil surge como uma alternativa válida para garantir que esta possa vir a ser enquadrada num ambiente familiar. Contudo, esta figura assume ainda pouca expressividade no conjunto dos projetos de vida definidos para as crianças e jovens acolhidos*”.

²⁶ Pág. 98, OLIVEIRA, Guilherme de; Pereira Coelho, F. M. - Adoção e Apadrinhamento Civil, Direito da Família, 2019.

3.2. Análise dos Relatórios CASA

O relatório anual CASA, publicado pelo Instituto da Segurança Social, IP, é uma fonte de dados reveladores da evolução das diferentes figuras que constituem os projetos de vida encontrados para as crianças institucionalizadas.

Faremos agora uma breve análise dos relatórios desde 2010, quando entra em vigor o regime jurídico em análise nesta dissertação, de forma a perceber a verdadeira expressão do apadrinhamento civil no universo das soluções existentes no ordenamento jurídico português, procurando assim retirar conclusões sobre sua eficácia fazendo uso dos dados recolhidos nestes relatórios e inseridos nos gráficos presentes nos anexos I, II e III.

Como podemos ver no Anexo III, o número de crianças institucionalizadas tem vindo a decrescer, uma tendência positiva, apesar de ligeiramente. Podemos ainda ver que ao longo dos anos, há menos crianças (dos 0 aos 11 anos) em situação de acolhimento do que jovens (dos 12 aos 20 anos). Este facto tenderia a sugerir boas hipóteses para uma maior expressão do apadrinhamento civil, uma vez que a partir dos 15 anos os jovens não poderiam ser adotados, e, portanto, a probabilidade de o seu projeto de vida ser definido como apadrinhamento civil seria maior²⁷. Contudo, a definição do apadrinhamento civil como projeto de vida nunca ganha expressão significativa ao longo dos anos, como podemos ver no gráfico do anexo I, nem consequentemente ganha o mesmo relevância enquanto solução que leve a cessação da situação de institucionalização, como podemos ver através do gráfico do anexo II e da seguinte análise.

Em finais de 2011, mais de um ano depois da entrada em vigor da Lei do Apadrinhamento Civil, tinham sido formalizadas seis candidaturas para apadrinhar, entre as quais apenas uma pessoa foi habilitada. Até novembro de 2012, foram habilitados quatro padrinhos.

²⁷ “(...) sendo até aos 6 anos que é mais fácil a concretização de um projeto de vida de adoção, por ser nesta faixa etária que as pretensões dos candidatos a adoção se situam, é de prever que se projete o apadrinhamento civil sobretudo para crianças com mais idade.” - Instituto da Segurança Social, I.P. – CASA 2013 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens, Lisboa, 2014, pág. 95.

Em 2013, encontravam-se institucionalizadas 8445 crianças ou jovens e em 2014, este número subiu para 8470.²⁸

Em 2015, eram 8600 crianças em situação de acolhimento, 7685 delas com um projeto de vida delineado, sendo este o Apadrinhamento Civil para apenas 33 crianças. No mesmo ano, apenas 6 das crianças que cessaram a situação de acolhimento foram apadrinhadas. Em 2016, o número de crianças confiadas a instituições decresce para 8175, e delas 7412 com projeto de vida definido, 0,5% sendo o Apadrinhamento Civil. Esta figura foi o motivo de cessação a situação de acolhimento para 7 crianças nesse ano.

No ano de 2017 a percentagem de crianças em que a mesma solução é considerada adequada sobe para 1%, entre as 6.974 com projeto de vida definido. Contudo, o apadrinhamento continua a ser a razão do término da institucionalização para apenas 7 crianças.

Em 2018, o apadrinhamento civil foi o projeto de vida escolhido para 29 crianças, num universo de 6425, como se pode ver no anexo I, representando apenas perto de 0,005%, uma muito fraca expressão desta solução entre todas as possíveis. Podemos ainda observar do anexo II, que neste ano o apadrinhamento civil não foi a razão para a cessação da situação de institucionalização para nenhuma criança ou jovem, demonstrando uma tendência negativa em relação aos anos anteriores.

Em todos os relatórios é visível que a adoção é o projeto definido para a uma percentagem de crianças muito maior do que a percentagem de crianças para as quais o Apadrinhamento Civil é a solução de desinstitucionalização encontrada²⁹.

Esta tendência é normal, uma vez que o apadrinhamento civil se apresenta como uma solução subsidiária em relação à adoção.³⁰

O seu carácter secundário é sustentado pelo fundamento de que, quando reunidos pressupostos legais, a adoção é “o melhor projeto de vida para essa

²⁸ Instituto da Segurança Social, I.P. – CASA 2013 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens, Lisboa, 2014, pág. 4.
Instituto da Segurança Social, I.P. – CASA 2014 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens, Lisboa, 2015, pág. 2.

²⁹ Como se pode ver no Anexo I desta dissertação.

³⁰ RIBEIRO, Diana – Apadrinhamento Civil, Coimbra: Universidade de Coimbra, 2015, pág. 23.

criança ou jovem”.³¹ Sendo um dos pressupostos da adotabilidade a inexistência ou grave comprometimento dos laços afetivos entre a criança e a família biológica³², a opção do apadrinhamento civil só será viável para crianças nesta situação até aos 15 anos de idade, ou mais velhas independentemente da existência de vínculos afetivos com a família biológica. Este é um fator que limita gravemente a possibilidade de aplicação do regime de apadrinhamento civil, e consequentemente a sua eficácia.

Ainda, é importante sublinhar que, de acordo com o Instituto da Segurança Social, *“não é verdade que o apadrinhamento civil seja o projeto de vida adequado a todas as crianças que não podem ser adotadas. A grande maioria tem como projeto de vida a sua autonomização, a reintegração na sua família de origem ou a adoção, tendo em conta variáveis como a idade da criança, saúde, existência de irmãos, relacionamento com a família de origem, entre outros”*.³³

Ora, ainda que reunidos todos os pressupostos de adotabilidade, não pode ser descartado o facto de que, na maior parte dos casos, devido a uma incompatibilidade entre as características particulares da criança, e as características procuradas pelos candidatos a pais adotivos a sua probabilidade de ver o seu projeto de vida “adoção” concretizado é consideravelmente diminuta.

Em 2017, no universo das crianças institucionalizadas, “53% têm 15 e mais anos”, pelo que não reúnem os requisitos para serem adotadas.³⁴

O relatório CASA 2013 descreve ainda uma *“ausência de coincidência entre as características das crianças em situação de adotabilidade e as características pretendidas pelos candidatos a pais adotivos (maioritariamente bebés, preferencialmente sem problemas de saúde ou de desenvolvimento). Esta frequente ausência de encontro entre as necessidades das crianças em situação de*

³¹ RAMIÃO, Tomé d’Almeida – Apadrinhamento Civil – Anotado e Comentado, QUID JURIS, 2011, pág. 21.

³² *“Constitui pressuposto da medida de confiança de menor para adoção que “não existam” ou “se encontrem seriamente comprometidos os vínculos afectivos próprios da filiação” – tal situação será constatada “pela verificação objectiva” de qualquer das situações previstas nas diversas alíneas do n.º 1 do art.º 1978.º do Código Civil (corpo do n.º 1 do art.º 1978.º).”* – Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, Processo n.º 2288/08.0TCLRS.L1-2, 11/22/2012.

³³ GOMES, Catarina – “Segurança Social só identificou 73 crianças em acolhimento que podem ter padrinhos civis”, Jornal Público – Abril 2015

³⁴ Instituto da Segurança Social, I.P. – CASA 2017 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens, Lisboa, 2018

adotabilidade e as disponibilidades dos futuros pais adotivos tem como consequência a morosidade na concretização do projeto de adoção”.

Podemos verificar um decréscimo na quantidade de adoções desde 2008³⁵, ao longo dos últimos anos, pois o recurso a esta figura pressupõe o desejo e expectativa de filiação e os desenvolvimentos na área da medicina reprodutiva tem levado a que esta concorra cada vez mais para a satisfação desse desejo, por casais com problemas de fertilidade. Quando existe capacidade financeira para recorrer a medicina reprodutiva a adoção passa a ser um meio de filiação secundário, apenas relevante para aqueles cujo altruísmo os motiva a socorrer as crianças que existem e precisam de uma família.

Várias notícias jornalísticas dão a conhecer, depois de investigar junto de entidades como o Instituto da Segurança Social, alguns dados sobre a habilitação e designação de padrinhos, nos últimos anos.

De acordo com o Instituto da Segurança Social, em 2013 *“foram formalizadas 24 candidaturas a padrinhos civis”*. A evolução da quantidade de candidaturas para apadrinhar tem sido positiva, enquanto a identificação de crianças, pela Segurança Social, como potenciais afilhadas, tem-se mantido idêntica ao longo dos anos (ronda as 70, todos os anos).³⁶

Teresa Antunes, responsável pela Unidade de Adoção, Apadrinhamento Civil e Acolhimento Familiar da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, aponta como uma das razões para a falta de candidatos para apadrinhar o facto de os interessados não conhecerem quem vão apadrinhar, quando diz: *“A dificuldade no apadrinhamento civil é termos candidatos para uma criança ou para um jovem em abstrato, ou seja, termos famílias que vêm candidatar-se a ser padrinhos de uma criança que não conhecem, que não sabem quem vai ser. As situações que por esse país fora vão acontecendo são de regularizar, em termos jurídicos, uma relação que já está estabelecida com uma criança ou com um jovem”*.³⁷

³⁵ Fonte: PORDATA disponível em <https://www.pordata.pt/DB/Portugal/Ambiente+de+Consulta/Tabela>

³⁶ FONSECA, Sofia – “Nem 10 crianças adotadas por apadrinhamento civil”, Diário de Notícias, LUSA 2014.

³⁷ FERREIRA, Joaquim – “Apadrinhamento civil atrai poucas famílias”, TSF Rádio Notícias, 2015.

Já para Guilherme de Oliveira, diretor do Observatório Permanente da Adoção, a fraca expressão prática da figura jurídica deve-se “à falta de divulgação da lei”.³⁸

O apadrinhamento civil surge da necessidade de desinstitucionalizar crianças e jovens, face à constatação de institucionalizações demasiado prolongadas ou até mesmo eternas. Contudo, desde a sua entrada em vigor, concluímos que fica longe de suprimir, ou mesmo de contribuir relevantemente para o suprimimento dessa necessidade.

³⁸ MIRANDA, Adriano – “Lei do apadrinhamento civil apenas habilitou cinco padrinhos em dois anos”, Público, LUSA, 2012.

4. As Possíveis Causas para a Ineficácia do Apadrinhamento Civil

Da análise até agora apresentada, merecem a nossa preocupação aqueles que se apresentam como os maiores fatores que simultaneamente contribuem para a fraca eficácia do regime.

4.1. A Motivação para Apadrinhar

Olhemos para as possíveis razões que justificariam o aparente desinteresse da população que reúna as condições necessárias para a habilitação como padrinhos, dentro do universo das pessoas propícias a tomar a decisão de apadrinhar.

Ainda que o apadrinhamento civil seja um instrumento ao serviço do interesse superior da criança, na verdade, não podemos deixar de atribuir importância ao interesse da figura para os potenciais padrinhos como um fator na eficácia da mesma. Se não houver interesse em apadrinhar, e houver conhecimento desta possibilidade, podemos concluir que estamos perante um regime pouco apelativo, que mereceria revisão.

Ainda que o maior interesse deva ser a solidariedade, é também indispensável um interesse na criação de laços afetivos familiares. Para que esse interesse surja é preciso que o processo e o regime do apadrinhamento civil, bem como a sua publicitação criem as condições propícias a esse interesse. A baixa taxa de candidatura a habilitação, ainda que com uma evolução positiva, revela suspeitas de desconhecimento ou de desinteresse no regime.

Para tentar responder à questão sobre quais seriam as principais vantagens ou motivações que levariam as pessoas a apadrinhar, podemos olhar para o estudo de nome “Conhecimentos e percepções públicas acerca do acolhimento familiar: Contributos para o desenvolvimento da medida” feito pelo Centro de Investigação para o Desenvolvimento Humano da Faculdade de Educação em Psicologia da Universidade Católica Portuguesa. Apesar do estudo se centrar no acolhimento familiar, e sobre esta medida de proteção serem então os resultados, acreditamos que as semelhanças que partilha com o instituto do apadrinhamento civil nos

permite retirar algumas conclusões sobre quais seriam as principais motivações se igual estudo fosse feito em relação a este último.

De acordo com tal estudo as principais motivações para acolher uma criança seriam proporcionar-lhe uma experiência familiar positiva e fazer a diferença na vida da mesma.³⁹ Ainda, é relevante salientar que um dos argumentos utilizados para basear a disponibilidade para acolher uma criança foram os “*benefícios para o próprio acolhedor (e.g., dar significado à própria vida, gostar de crianças, por não poder ter filhos)*”⁴⁰

Como antes referido, o regime terá interesse para as pessoas cuja expectativa seja de ser um padrinho, e não de aproveitamento dos mais permissivos requisitos deste instituto para criar uma relação jurídica que simule a filiação.

Contudo, a ideia popular de paternidade/maternidade evoluiu, ao longo do tempo, da mera filiação natural para uma vertente sócio afetiva, a paternidade/maternidade de quem cuida e ama, independentemente da existência de um vínculo biológico.⁴¹

É preciso considerar a hipótese de que a existência de laços afetivos, de um ambiente familiar saudável e de responsabilidades parentais – finalidades e características do apadrinhamento civil – possa ser irreconciliável, para grande parte da população, com a verdade que “o padrinho ou madrinha são substitutos dos pais no cuidado das crianças e dos jovens, sem pretenderem fazer-se passar por pais”, como pode ler-se na Exposição de Motivos da Proposta de Lei n.º 253/X.

³⁹ Pág. 86, Pág. 82, NEGRÃO, M.; MOREIRA, M.; VERISSIMO, L.; VEIGA, E.; – “Conhecimentos e perceções públicas acerca do acolhimento familiar: Contributos para o desenvolvimento da medida”, Centro de Investigação para o Desenvolvimento Humano, Faculdade de Educação em Psicologia, Universidade Católica Portuguesa, Porto, 2018.

⁴⁰ Pág. 88, Pág. 82, NEGRÃO, M.; MOREIRA, M.; VERISSIMO, L.; VEIGA, E.; – “Conhecimentos e perceções públicas acerca do acolhimento familiar: Contributos para o desenvolvimento da medida”, Centro de Investigação para o Desenvolvimento Humano, Faculdade de Educação em Psicologia, Universidade Católica Portuguesa, Porto, 2018.

⁴¹ Sobre isto, o Relatório das audições efectuadas no âmbito da “avaliação dos sistemas de acolhimento, protecção e tutelares de crianças e jovens”, na pág. 22 lê “*O superior interesse da criança é determinado pela prevalência das relações afectivas profundas, e por isso sempre que haja conflito entre a relação biológica e a afectiva dever-se-á dar prevalência à última (sempre que seja demonstrado que a relação afectiva é profunda e a criança não desenvolveu relações profundas com os progenitores biológicos). O não reconhecimento deste princípio não protege a criança.*”.

Se os padrinhos não devem ter expectativas de constituir uma relação de pai e filho, alguns pontos do regime parecem confundir esta distinção, atribuindo aos padrinhos muitas das vantagens e desvantagens de ser pai.

É preciso considerar a hipótese de que a existência de laços afetivos, de um ambiente familiar saudável e de responsabilidades parentais – finalidades e características do apadrinhamento civil – possa ser irreconciliável, para grande parte da população, com a verdade que “o padrinho ou madrinha são substitutos dos pais no cuidado das crianças e dos jovens, sem pretenderem fazer-se passar por pais”, como pode ler-se na Exposição de Motivos da Proposta de Lei n.º 253/X.

Esta possível confusão na expectativa dos padrinhos surgiu brevemente logo no parlamento, em discussão durante o debate de apreciação, na generalidade, sobre a proposta de lei que aprovou o novo regime jurídico, ao mesmo tempo que a realização de que os padrinhos estavam a consentir a mais do que uma relação jurídica com o afilhado, mas também com a sua família, que não conhecem, mas da qual podem saber a história difícil que terá conduzido à situação de institucionalização ou de perigo em que a criança se encontrava.⁴²

Essa realização conduz-nos ao próximo subtítulo, em que iniciaremos a discussão das potenciais dificuldades que a relação entre padrinhos e pais biológicos podem criar. Essas dificuldades podem ter efeitos nefastos não só na probabilidade de sucesso da relação de apadrinhamento, como na capacidade deste regime ser atraente para a população que possa interessar-se em apadrinhar, interesse este que se mostra essencial para que o mesmo vingue no nosso ordenamento jurídico.

⁴² Pág. 11, Assembleia da República, Série I, X Legislatura, Sessão Legislativa 04, Número 081, 2009-05-16, Nuno Magalhães (CDS-PP): *“temos as maiores dúvidas em relação à estabilidade emocional das crianças, que, aliás, é o essencial, nestas matérias, quando se adopta um regime que, no fundo, cria uma família que é um tertium genus, porque é uma família em que, por um lado, uma criança ou um jovem passa a ter dois pais e duas mães,...sendo que os pais biológicos, por motivos comprovados, podem, inclusivamente, ter sido afastados por falta de cuidado ou maus tratos, e, por outro, quem apadrinha passa a ter um afilhado ou um filho, até porque se trata de uma relação parafamiliar, como diz, e também, quase diria em «pacote», os pais dessa criança, que, por sua vez, a colocaram em risco”*.

4.2. A Possível Inexistência de Relação Prévia entre os Padrinhos e os Pais Biológicos

O público alvo seria, idealmente parece-nos, a família alargada de uma criança em vias de ou já tendo sido institucionalizada, fazer cessar o seu acolhimento institucional e providenciar-lhe uma vivência em família. Aqui, a motivação serão os laços afetivos já existentes e a preocupação dos familiares com a criança. É neste público que o Apadrinhamento Civil cumpre a sua pretensão de *“dar relevância jurídica às tradicionais relações sociais entre padrinhos/madrinhas e afilhados”*⁴³

Neste sentido, para aumentar o alcance e expressão do regime a medida a sugerir seria apenas uma maior difusão da informação para a população, seria a possibilidade de tomarem a iniciativa de dar início ao processo, informação esta que já se pode encontrar no site da Segurança Social.

Contudo, mesmo na situação supramencionada poderão surgir dificuldades previamente antecipadas pela população de potenciais padrinhos, que incidam na relação de colaboração entre os padrinhos e os pais biológicos e que impactem o interesse nesta figura, como veremos no subtítulo seguinte.

Para a restante população de potenciais padrinhos, que não conhecem nenhuma criança nas situações acima descritas, a ideia de acolher uma criança desconhecida e cuidar dela, tendo que conhecer também possíveis familiares com quem terão de colaborar, parece-nos menos natural. As relações sociais de padrinho/madrinha geralmente não ocorrem entre desconhecidos, mas sim entre amigos próximos ou familiares fora da família nuclear.

Resta-lhes candidatarem-se à habilitação e, se esta lhes for concedida, fazer parte das listas regionais e aguardar que lhes seja sugerida uma criança por parte dos serviços de acolhimento.

⁴³ Pág. 88, OLIVEIRA, Guilherme de; Pereira Coelho, F. M. - Adoção e Apadrinhamento Civil, Direito da Família, 2019.

4.3. Os Direitos e Deveres dos Pais Biológicos

A disponibilidade para respeitar os direitos dos pais ou de outras pessoas relevantes para a criança ou o jovem é um dos fatores de habilitação previstos no art.º 3 do Decreto-Lei n.º 121/2010, que regulamenta os requisitos necessários à habilitação da pessoa que pretende apadrinhar a criança.

Contudo, acreditamos que um possível desinteresse dos indivíduos com intenção e capacidade para tomar a cargo uma criança ou jovem poderá estar relacionado com o mantimento do direito a visitas dos pais biológicos, e mesmo do seu dever a colaborar.

De acordo com o artigo 16.º, alínea d), da Lei do Apadrinhamento Civil, o compromisso de apadrinhamento civil poderá, como referido durante a análise ao regime, limitar as responsabilidades parentais dos padrinhos, permanecendo esses direitos ou deveres na esfera dos pais biológicos. É, portanto, a extensão das responsabilidades dos padrinhos casuisticamente determinada. Consideramos, contudo, não dever essa extensão ser largamente limitada, de forma a que a constituição do vínculo perca valor, e que os padrinhos pareçam dispensáveis, concordando por isso com o entendimento de Guilherme de Oliveira⁴⁴.

Sobre o direito a visitas e a receber informações sobre o desenvolvimento da criança, não é inovadora a coexistência entre dois vínculos afetivos, neste caso entre o vínculo de apadrinhamento e o vínculo da filiação natural, já que também na adoção restrita se verificava a conservação dos direitos e deveres do adotado em relação à sua família biológica.

Apesar de a figura de “madrinha” e “padrinho” estarem bem presentes na cultura portuguesa, referem-se normalmente, como visto anteriormente, a relações estabelecidas por decisão dos pais, no contexto de uma relação de afeto e confiança, estabelecida entre os “padrinhos” e os pais ou toda a família, que precede o apadrinhamento.

Esta relação para-familiar que o apadrinhamento civil procura de certa forma reproduzir pode simplesmente não se revelar do interesse de potenciais

⁴⁴ Pág. 110, Pág 24, OLIVEIRA, Guilherme de; Pereira Coelho, F. M. - Adoção e Apadrinhamento Civil, Direito da Família, 2019.

padrinhos sem ser na sua forma orgânica e original e este facto pode afetar em muito a eficácia da figura. ⁴⁵

Durante muito tempo a adoção só era permitida em relação a filhos de pessoas falecidas ou desaparecidas, ou para tornar legítimos possíveis filhos ilegítimos de um matrimónio. De acordo com Guilherme de Oliveira “*esta limitação dava a garantia de evitar a maior parte dos conflitos que podiam opor a família de origem à família adotiva*”.⁴⁶

No apadrinhamento civil, excetuando as situações de limitações ao direito de visita dos pais devido, a relação entre os pais e os padrinhos deve-se prever de tal qualidade que permita a colaboração na satisfação dos interesses do afilhado. O ideal é que a criança não cesse as relações com a família de origem, se as mesmas lhe trazem benefícios positivos. A criança pode ter vários parentes de quem gosta, para além dos pais. As pessoas e lugares que faziam parte da vida normal da criança antes da sua institucionalização fazem parte da sua identidade, e o apadrinhamento civil tenta, portanto, conciliá-los com um novo ambiente familiar que não corte os laços existentes com o passado.

Este desinteresse que discutimos poderá também estar ligado com um receio de intromissão dos pais na vida familiar, e das consequentes situações de conflito que possam surgir. ⁴⁷

⁴⁵ “(...) das mais de oito mil crianças em acolhimento foram identificadas 73 crianças e jovens que potencialmente poderão constar na bolsa de crianças e jovens a apadrinhar. A maioria tem mais de 6 anos e o denominador comum, até à data, é o facto de já terem uma relação prévia com os padrinhos”. GOMES, Catarina – “Segurança Social só identificou 73 crianças em acolhimento que podem ter padrinhos civis”, Jornal Público – Abril 2015.

⁴⁶ Pág 24, OLIVEIRA, Guilherme de; Pereira Coelho, F. M. - Adoção e Apadrinhamento Civil, Direito da Família, 2019.

⁴⁷ “Mas a lei do apadrinhamento civil apresenta fragilidades, tais como a obrigatoriedade da manutenção dos laços com a família de origem (...) encarada pelos especialistas como tendo um potencial efeito perturbador, que o contacto com duas famílias poderá ter na criança ou no jovem apadrinhado. Villas-Boas (2011) sustenta a sua posição, socorrendo-se do fracasso da adoção restrita, defendendo que “poucos serão os que querem adotar uma criança, mantendo a família de origem por perto”. Muito embora a adoção constitua uma relação jurídica diversa, esta crítica não se revela desprovida de sentido. Poderá, com efeito, constituir um entrave ao recurso mais frequente ao instituto. “Atualmente assistimos, (...) a vários fenómenos que nos indicam que a sociedade não é altruísta e, salvo algumas exceções, se alguém faz algo em benefício de outrem, não o faz sem também tirar algum proveito próprio. Para a implementação do apadrinhamento civil é necessário que haja pessoas dispostas a assumir o papel de padrinhos.” (Dias, 2012: 190)”. FERREIRA, Elisabete – “O apadrinhamento civil como alternativa ao acolhimento permanente de crianças e jovens”, Revista de Sociologia: Configurações – 23/2019.

No entanto, “o próprio artigo 1887.º-A, do CC, protege as relações afetivas que a criança estabelece não só com os irmãos, como também com os ascendentes, através da consagração de um direito ao convívio”.

O direito de visitas deve ser entendido como a tutela do direito da criança à manutenção de relações afetivas que estejam no seu interesse, e este interesse deve ser entendido como o fator que permite a permanência do direito dos pais. É desta forma que o apadrinhamento civil deve ser apresentado a potenciais interessados, para que não restem dúvidas sobre a proteção oferecida pela legislação contra possíveis intromissões dos pais que desestabilizem a vida da criança ou o ambiente familiar.

Como escreve Guilherme de Oliveira, “*os padrinhos exercem plenamente as responsabilidades parentais, embora não assumam a qualidade de pais. Por sua vez, os progenitores continuam a ser juridicamente pais, embora não exerçam mais do que um pequeno conjunto de direitos que são fixados no compromisso de apadrinhamento, de entre um quadro que a lei prevê e de acordo com as circunstâncias do caso; e esse pequeno conjunto pode ser diminuído sempre que o interesse da criança ou do jovem o recomende*”.

Ainda em relação aos possíveis conflitos que possam haver entre os pais biológicos e os padrinhos, parece-nos relevante voltar à questão do consentimento daqueles para que o apadrinhamento se constitua. Nas situações em que este consentimento é excluído, e nas em que é dispensado, a predisposição dos pais biológicos para manter uma boa relação de colaboração com os padrinhos parece-nos mais improvável. Mesmo que, pelas mesmas razões da exclusão ou dispensa ou não, os pais não tenham direito a visitas, a possibilidade de intromissão na reação por sentirem que não fizeram parte da decisão ou mesmo por se oporem a ela parece-nos superior. Esta possibilidade, se percebida pelos potenciais padrinhos, poderá ser um fator de hesitação em constituir o apadrinhamento. A ser constituída, o sucesso da relação de apadrinhamento nestas pode ser seriamente comprometido.

Esta situação, parecendo comum ao que poderá acontecer em outros instrumentos jurídicos como a adoção, agrava-se perante o apadrinhamento civil, em que os laços afetivos não se preveem tão fortes e ao mesmo tempo devem idealmente coexistir com os da filiação, natural ou adotiva.

Concluindo, é então possível que, sem terem dado o seu consentimento, os pais se oponham ao apadrinhamento, e a sua oposição gere insegurança ou desconforto nos potenciais padrinhos.⁴⁸

4.4. A Fraca Divulgação da Figura do Apadrinhamento Civil

É-nos difícil concluir neste trabalho pela forte ou fraca publicitação do regime jurídico, pela complexidade que esta investigação acarreta. Para isso seria necessário encontrar as formas de publicitação da nova Lei 103/2009 e compará-la com outras semelhantes.

Não existe um estudo direcionado ao apadrinhamento civil que questione a população no sentido de aferir o conhecimento ou desconhecimento deste instituto, e quais as suas perceções do mesmo. Um tal estudo (já mencionado anteriormente) existe, porém, em relação ao acolhimento familiar, de todas as medidas talvez a mais semelhante à do apadrinhamento civil.

A medida de acolhimento familiar tem maior expressão do que o apadrinhamento civil em Portugal, ainda que pouco significativa em relação ao total de crianças em acolhimento⁴⁹ como podemos ver anteriormente, da leitura dos relatórios CASA, enquanto alternativa ao acolhimento residencial.

Consideramos útil olhar para o estudo sobre os conhecimentos e perceções públicas acerca do acolhimento familiar, e das suas conclusões retirar aproximadas ilações sobre o conhecimento da figura, menos utilizada, do apadrinhamento civil. Assim, é relevante relatar que, os resultados do estudo demonstram que “*de uma forma geral, os participantes têm poucos conhecimentos sobre o tema*” e que “*os participantes subestimam o número de crianças e jovens em acolhimento*”

⁴⁸ “a certa altura ventilou-se a possibilidade de a “A” ser confiada aos seus padrinhos de baptismo (...) em que se deu parecer negativo, sobretudo porque as pessoas em referência (“N” e “O”), embora estivessem de acordo em dar apoio aos pais da “A” nos cuidados a ter com a menor, não encaravam a possibilidade de ficar com ela de noite, por recearem que a mãe a isso se opusesse.” – Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, Processo n.º 2288/08.0TCLRS.L1-2, 11/22/2012.

⁴⁹ “Encontram-se protegidas em famílias de acolhimento 200 crianças e jovens, o que corresponde a 3% do universo em situação de acolhimento”, pág. 29, Instituto da Segurança Social, I.P. – CASA 2018 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens, Lisboa, 2019.

residencial e, pelo contrário, sobrestimam o número de crianças e jovens em acolhimento familiar”⁵⁰.

Para além desta conclusão de fraco conhecimento do acolhimento familiar em Portugal, relatado pelo estudo, o mesmo relata a “*aparente insuficiência de uma cultura de acolhimento familiar em Portugal*” e afirma que esta “*pode constituir-se como uma ameaça ao seu necessário desenvolvimento*”⁵¹.

Finalmente, o estudo atribui como consequências para a pouca expressividade do acolhimento familiar a falta de campanhas regulares de divulgação, de recrutamento e de seleção de famílias acolhedoras, fruto dos limitados meios disponibilizados pelos serviços.⁵²

Há um paralelismo óbvio que pode fazer-se entre o desconhecimento e pouca cultura de acolhimento familiar e a mesma verificação sobre o instituto do apadrinhamento civil.

Guilherme de Oliveira, destaca ainda entre as várias possíveis razões para a pouca expressão deste instituto jurídico a fraca comunicação da figura às entidades relevantes⁵³, o que, tendo em conta a importância das mesmas na definição de projetos de vida, não contribuirá positivamente para o uso da figura do Apadrinhamento Civil.

Esta desinformação por parte das instituições de acolhimento, em relação ao apadrinhamento civil poderá levar a que, talvez em demasia, deem preferência a projetos de vida de autonomização (que determinam a permanência das crianças ou jovens naquelas instituições), ou não informem suficientemente as pessoas que as contactam da possibilidade de virem apadrinhar.

⁵⁰ Pág. 84, NEGRÃO, M.; MOREIRA, M.; VERISSIMO, L.; VEIGA, E.; – “Conhecimentos e perceções públicas acerca do acolhimento familiar: Contributos para o desenvolvimento da medida”, Centro de Investigação para o Desenvolvimento Humano, Faculdade de Educação em Psicologia, Universidade Católica Portuguesa, Porto, 2018.

⁵¹ Pág. 82, NEGRÃO, M.; MOREIRA, M.; VERISSIMO, L.; VEIGA, E.; – “Conhecimentos e perceções públicas acerca do acolhimento familiar: Contributos para o desenvolvimento da medida”, Centro de Investigação para o Desenvolvimento Humano, Faculdade de Educação em Psicologia, Universidade Católica Portuguesa, Porto, 2018.

⁵² Pág. 82, NEGRÃO, M.; MOREIRA, M.; VERISSIMO, L.; VEIGA, E.; – “Conhecimentos e perceções públicas acerca do acolhimento familiar: Contributos para o desenvolvimento da medida”, Centro de Investigação para o Desenvolvimento Humano, Faculdade de Educação em Psicologia, Universidade Católica Portuguesa, Porto, 2018.

⁵³ LUSA - Agência de Notícias de Portugal, S.A., “Mentor do apadrinhamento civil diz que regime não foi bem divulgado”, RTP Notícias – Outubro 2011.

A autonomização passará por manter as crianças na situação de acolhimento em que se encontram. No entanto, as crianças beneficiam de atenção individual e de um ambiente familiar estável e previsível que a vivência numa instituição dificilmente poderá, de forma minimamente ideal, imitar.

Sobre o tópico da divulgação do regime de apadrinhamento civil em Portugal, podemos decorrer sobre os públicos-alvo aos quais um regime como este poderia ser publicitado, para procurar uma maior quantidade de candidaturas a padrinho/madrinha, sem comprometer os objetivos do instituto.

Como mencionado anteriormente, o regime jurídico do apadrinhamento civil não previu um limite máximo de idade para os candidatos a apadrinhar, pela natureza do instituto não o justificar. Os padrinhos não são pais, nem a eles se substituem. Assim, e ao contrário do que acontece na adoção, onde o limite máximo procura de certa forma imitar os limites da capacidade biológica de procriar, garantindo também uma maior duração da relação de filiação adotiva que se assemelhe à da filiação natural, não faz sentido estabelecer um limite máximo de idade para apadrinhar, desde que se verifiquem as qualidades pessoais necessárias durante o processo de habilitação.

O acima descrito também faz sentido devido ao papel do padrinho que encontra a sua maior importância até a criança ou jovem completarem 18 anos ou atinjam a sua autonomia pois o espírito do regime procura principalmente garantir o exercício adequado das responsabilidades parentais, a par da saudável relação de afetividade que se poderá prolongar para além da maioridade.

A questão de públicos-alvo é aqui incluída pois esta é uma consideração importante quando pensamos na divulgação de uma medida e almejamos à sua eficácia.

4.5. A Falta de Apoio Financeiro ao Apadrinhamento Civil

A equiparação feita pela lei entre os padrinhos e os pais, no que diz respeito às prestações sociais⁵⁴, que mencionámos aquando da análise deste regime não

⁵⁴ Pág. 9, Assembleia da República, Série I, X Legislatura, Sessão Legislativa 04, Número 081, 2009-05-16. *“Para além do respeito pelos direitos da criança que é um pressuposto desta nova providência cível, o diploma estabelece um conjunto de direitos quer para os pais quer para os padrinhos. Para estes últimos*

representam uma vantagem para os padrinhos, mas um leve aligeiramento dos sacrifícios financeiros que comportam o sustento, a guarda e a promoção da educação de uma criança. A função de padrinho vê a sua fase mais vulnerável no seu início, na adaptação a uma nova realidade e aos encargos esta que acarreta.

Assim, e finalmente, focaremos nos apoios previstos para assistir à relação de apadrinhamento, nos primeiros 18 meses, como suprarreferido, e comentaremos a sua suficiência.

Como aliás visto durante a análise do artigo 20º da Lei 103/2009, o apoio consiste no acompanhamento da relação constituída e na criação ou incentivo a favoráveis condições para que a relação de apadrinhamento tenha sucesso. Não é imediatamente clara, da leitura da lei, em que consiste esse apoio, e mesmo durante a discussão em generalidade, do projeto de lei, a expressão “apoio” suscitou questionamento⁵⁵.

Contudo, uma leitura da informação presente no site da Segurança Social, onde o regime jurídico do apadrinhamento civil é divulgado, revela que este apoio é de carácter técnico, e não financeiro ⁵⁶.

Urge agora descrever os apoios atribuídos aos acolhedores no acolhimento familiar, voltando a comparar os dois institutos, como já feito anteriormente, mais uma vez devido às semelhanças que podem ser encontradas entre os mesmos.

No decorrer do período de acolhimento, que se prevê temporário, são pagos às famílias de acolhimento subsídios referentes ao abono de família para crianças e jovens, a que pode acrescer a bonificação por deficiência, ao subsídio por assistência de terceira pessoa, ao subsídio de manutenção, e ao subsídio por frequência de estabelecimento de educação especial. Para além destes subsídios,

consagra a equiparação a pais, na relação com os filhos, para efeitos da lei laboral, das prestações sociais, da assistência na doença e para efeitos de imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS), na lógica do exercício das responsabilidades parentais, que, voluntariamente, assumem” - Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social (Vieira da Silva).

⁵⁵ Pág. 10, Assembleia da República, Série I, X Legislatura, Sessão Legislativa 04, Número 081, 2009-05-16 “*nesta proposta de lei, que se traduz num regime jurídico novo, concretamente no seu artigo 21.º, é contemplado aquilo que se chama «apoio do apadrinhamento civil». E a primeira questão tem a ver, desde logo, com o termo «apoio», porque não se encontra o termo «acompanhamento» do apadrinhamento civil. Ora, nesta fase, em que vamos, sobretudo, experimentar um novo regime, é preciso garantir o sucesso da medida, minimizar de todas as formas, os impactos negativos que, eventualmente, possa ter para as crianças.*” – Deputada Helena Pinto (BE).

⁵⁶ “*Receber apoio técnico da entidade responsável pela assinatura do compromisso de apadrinhamento (organismo de segurança social ou comissão de proteção de crianças e jovens)*”, site da Segurança Social - <http://www.seg-social.pt/apadrinhamento-civil>.

será paga uma retribuição mensal, que será maior se a criança ou jovem forem portadores de deficiência.⁵⁷

Sobre o tópico, das mesmas prestações mensais serem pagas aos padrinhos diz Guilherme de Oliveira que *“No momento da elaboração do anteprojeto, foi muito discutida a questão de saber se os padrinhos/madrinhas deviam receber um subsídio específico por serem padrinhos/madrinhas. Em favor da prestação, alegava-se a necessidade de promover a implementação da medida, facilitando a vida daqueles que decidissem assumir as responsabilidades; e ainda a circunstância de o erário público poupar as prestações que dedica ao acolhimento institucional. Em sentido contrário, fez-se notar que os adotantes não recebem subsídios específicos por serem adotantes.”*⁵⁸

A afirmação suscita as questões de eficiência, previamente enunciadas, pois a promoção da medida de apadrinhamento civil, que se fosse remunerada tal como é a de família de acolhimento, mesmo que apenas durante os primeiros 18 meses (tempo máximo do apoio do Estado à reação de apadrinhamento) certamente representaria uma diminuição nas despesas do Estado ao mesmo tempo que com verdadeiros benefícios para as crianças ou jovens institucionalizados.

Ainda, se fosse prevista uma compensação do padrinho pelos sacrifícios financeiros que naturalmente terá que fazer para oferecer qualidade de vida ao seu afilhado/afilhada, essa compensação poderia revelar-se positiva para a atratividade do regime para potenciais padrinhos, contribuindo consequentemente para um maior número de apadrinhamentos e uma melhoria no bem-estar de um maior número de crianças institucionalizadas. A nosso ver, esta compensação melhoraria, então, a eficiência do instituto do apadrinhamento civil.⁵⁹

As despesas que poderiam ser diminuídas seriam primeiramente os pagamentos de remunerações às famílias de acolhimento, cuja expressão é maior

⁵⁷ Informações disponíveis no site da Segurança Social - <http://www.seg-social.pt/familia-de-acolhimento-de-criancas-e-jovens>

⁵⁸ Pág. 112, OLIVEIRA, Guilherme de; Pereira Coelho, F. M. - Adoção e Apadrinhamento Civil, Direito da Família, 2019.

⁵⁹ Sobre isto, diz Martinho Botelho na página 11 do artigo da revista de Direito, Economia e Desenvolvimento Sustentável “A eficiência e o efeito kaldor-hicks: a questão da compensação social”, que *“(…) eficiência, sejam paretiana ou kaldor-hicksiana, centralizam as questões na questão da atratividade pelas quais as políticas legais possam ser julgadas. Trata-se, efetivamente, de uma questão complexa.”*

que a do apadrinhamento civil como já antes visto, para as crianças que poderiam ser apadrinhadas assim beneficiar mais de uma situação mais estável e permanente.

O benefício do apadrinhamento civil em relação ao acolhimento familiar, que deveria motivar as considerações acima apresentadas, é reconhecido pela população inquirida no estudo, a que já fizemos referência, levado a cabo pelo Centro de Investigação para o Desenvolvimento Humano.⁶⁰

Seguidamente, em relação às crianças ou jovens que se mantêm em situação de acolhimento residencial durante muito tempo, situação essa que prolonga a despesa do estado com todas as suas necessidades durante anos, muitas vezes até completarem 20 anos de idade.

Não parece adequado recusar aos padrinhos/madrinhas o pagamento de prestações mensais que se verifica no acolhimento familiar por o mesmo não acontecer na adoção. Os padrinhos não são pais adotivos, e na sua função de prover ao sustento dos afilhados poderão encontrar-se sem a ajuda dos pais biológicos, se estes não tiverem capacidade de pagar alimentos. Os encargos do padrinho serão os mesmos do que os de uma família de acolhimento, prolongados indefinidamente, e por isso deveriam beneficiar dos mesmos apoios financeiros, a nosso ver, em benefício da relação de apadrinhamento e sem dúvida no interesse da criança ou jovem apadrinhados.

Em forma de conclusão, e para remeter esta observação à motivação que a implementação de um maior apoio financeiro previsto para o apadrinhamento poderá ter em pessoas que considerem apadrinhar, podemos novamente remeter para os resultados do estudo já aludido em anteriores subtítulos sobre os conhecimentos e perceções públicas acerca do acolhimento familiar, em que o

⁶⁰ “(...) vemos que é o receio do impacto de nova descontinuidade relacional na vida da criança que se afigura como o maior justificativo para quem valoriza o acolhimento residencial como melhor opção para as crianças e jovens retirados às famílias biológicas. A teoria da vinculação reivindica a capacidade de o ser humano formar múltiplos vínculos ao longo do ciclo de vida e as propriedades reparadoras destes mesmos vínculos, quando seguros, face a anteriores relações perturbadas (...)” Pág. 89, NEGRÃO, M.; MOREIRA, M.; VERISSIMO, L.; VEIGA, E.; – “Conhecimentos e perceções públicas acerca do acolhimento familiar: Contributos para o desenvolvimento da medida”, Centro de Investigação para o Desenvolvimento Humano, Faculdade de Educação em Psicologia, Universidade Católica Portuguesa, Porto, 2018.

segundo maior obstáculo reportado, para a decisão de receber uma criança em acolhimento familiar são os recursos financeiros, considerados insuficientes⁶¹.

Acreditamos que as mesmas conclusões se chegariam se o estudo se focasse no apadrinhamento civil, onde as previsões que visam o apoio financeiro dos padrinhos são ainda mais limitadas.

⁶¹ Pág. 87 “Já relativamente aos obstáculos para o acolhimento (...) verifica-se que os participantes assinalam maioritariamente as limitações de tempo devido a motivos profissionais (76.7%) seguindo-se os recursos financeiros que consideram insuficientes (63%).” -, NEGRÃO, M.; MOREIRA, M.; VERISSIMO, L.; VEIGA, E.; – “Conhecimentos e perceções públicas acerca do acolhimento familiar: Contributos para o desenvolvimento da medida”, Centro de Investigação para o Desenvolvimento Humano, Faculdade de Educação em Psicologia, Universidade Católica Portuguesa, Porto, 2018.

Conclusão

Este trabalho procurou questionar e reunir algumas das possíveis razões por detrás da fraca expressividade do apadrinhamento civil, um tema pouco abordado na literatura, mas revestido de importância e atualidade no panorama sociopolítico Português. Concluimos que essas razões, ainda que com complexas nuances financeiras, políticas e sociais, prendem-se maioritariamente por três factos distintos.

Em primeiro lugar, pela novidade do instituto, que procura aproveitar uma figura tradicional cujas raízes são relações de bastante proximidade prévia e alarga-la à comunidade, a favor do interesse das crianças mais vulneráveis da nossa sociedade.

Em segundo lugar, pelo o fraco conhecimento que a população parece ter sobre este regime, que por ser relativamente novo e pouquíssimo utilizado, nos parece merecer um investimento profundo na sensibilização da população, tanto sobre ele como sobre os temas envolventes. É preciso procurar demonstrar o impacto positivo que o apadrinhamento civil pode ter nas trajetórias de vida das crianças e jovens, bem como fomentar a solidariedade e o sentido de comunidade que decidir apadrinhar requerem⁶².

Finalmente, na necessidade de considerar uma revisão dos apoios financeiros prestados a quem apadrinha, no sentido de reduzir as dificuldades de providenciar pelo bem-estar da criança e o sacrifício económico de quem, solidariamente, se presta a cumprir funções que os pais biológicos, por qualquer uma das muitas razões possíveis, não foram capazes de cumprir, numa ideia de compensação social, que aumente o bem-estar geral da população.

⁶² “A capacidade de promover o acolhimento familiar, (...) estará também dependente do conhecimento mais ou menos limitado ou da perceção mais ou menos realista ou positiva que a população possa ter sobre a problemática.” Pág. 88, Pág. 82, NEGRÃO, M.; MOREIRA, M.; VERISSIMO, L.; VEIGA, E.; – “Conhecimentos e perceções públicas acerca do acolhimento familiar: Contributos para o desenvolvimento da medida”, Centro de Investigação para o Desenvolvimento Humano, Faculdade de Educação em Psicologia, Universidade Católica Portuguesa, Porto, 2018.

Referências Bibliográficas

Livros

OLIVEIRA, Guilherme de; Pereira Coelho, F. M. – Adoção e Apadrinhamento Civil, Direito da Família, 2019.

OLIVEIRA, Guilherme de – Textos de Direito da Família: para Francisco Pereira Coelho. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015.

PINTO, António Clemente – Guia de Procedimentos do Processo de Promoção e Protecção – Regime Jurídico do Apadrinhamento Civil, ALMEDINA, 2011.

RAMIÃO, Tomé d'Almeida – Apadrinhamento Civil – Anotado e Comentado, QUID JURIS, 2011.

LOWE, Nigel; DOUGLAS, Gillian, *Bromley's Family Law*, Oxford, University Press, 2015.

Dissertações

HELENA Ana – A Nova Figura Jurídica do Apadrinhamento Civil e a Controversa Questão da Homossexualidade dos Candidatos a Padrinhos/Madrinhas Cíveis, Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2012. Dissertação de mestrado.

RIBEIRO, Diana – Apadrinhamento Civil, Coimbra: Universidade de Coimbra, 2015. Dissertação de mestrado.

BARBOSA, Carla – Os Direitos das Crianças, Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2018. Dissertação de mestrado.

PREGUIÇA, Micaela – A Figura Jurídica do Apadrinhamento Civil, Lisboa: Universidade de Lisboa, 2016. Dissertação de mestrado.

CRUZ LOPES, Sónia – O Direito da Criança ao Convívio com Pessoas com Quem Tenha Uma Especial Relação Afetiva, Lisboa: Universidade de Lisboa, 2018. Dissertação de mestrado.

Relatórios

Instituto da Segurança Social, I.P. – CASA 2010 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens, Lisboa, 2011.

Instituto da Segurança Social, I.P. – CASA 2013 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens, Lisboa, 2014.

Instituto da Segurança Social, I.P. – CASA 2014 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens, Lisboa, 2015.

Instituto da Segurança Social, I.P. – CASA 2015 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens, Lisboa, 2016.

Instituto da Segurança Social, I.P. – CASA 2016 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens, Lisboa, 2017.

Instituto da Segurança Social, I.P. – CASA 2017 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens, Lisboa, 2018.

Instituto da Segurança Social, I.P. – CASA 2018 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens, Lisboa, 2019.

Comissão De Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades E Garantias - Subcomissão De Igualdade De Oportunidades – Relatório das audições efectuadas no âmbito da “avaliação dos sistemas de acolhimento, protecção e tutelares de crianças e jovens”, 2006.

NEGRÃO, M.; MOREIRA, M.; VERISSIMO, L.; VEIGA, E.; – “Conhecimentos e percepções públicas acerca do acolhimento familiar: Contributos para o desenvolvimento da medida”, Centro de Investigação para o Desenvolvimento Humano, Faculdade de Educação em Psicologia, Universidade Católica Portuguesa, Porto, 2018.

Livros eletrónicos

MASSENA, Ana [et al.], Família e Crianças: As novas Leis - Resolução de questões práticas, Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2015. Disponível na internet:<URL:http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebook_familia.php.

Department of Economic and Social Affairs Population Division, Child Adoption: Trends and Policies, New York, UNITED NATIONS, 2009.

PASSINHAS Sandra APELIDO [et al.], A Tutela Cível do Superior Interesse da Criança – Tomo I, Centro de Estudos Judiciários, 2014.

MORAN, L.; MCGREGOR, C.; DEVANEY, C., Outcomes for Permanence and Stability for Children in Long-term Care, The UNESCO Child and Family Research Centre, 2017.

Artigos de notícia / investigação

MARTINS BOTELHO, Martinho, “A eficiência e o efeito kaldor-hicks: a questão da compensação social”, Revista de Direito, Economia e Desenvolvimento Sustentável, 2016.

GOMES, Catarina – “Segurança Social só identificou 73 crianças em acolhimento que podem ter padrinhos civis”, Jornal Público – Abril 2015.

LUSA - Agência de Notícias de Portugal, S.A., “Mentor do apadrinhamento civil diz que regime não foi bem divulgado”, RTP Notícias – Outubro 2011.

FERREIRA, Elisabete – “O apadrinhamento civil como alternativa ao acolhimento permanente de crianças e jovens”, Revista de Sociologia: Configurações – 23/2019.

FONSECA, Sofia – “Nem 10 crianças adotadas por apadrinhamento civil”, Diário de Notícias, LUSA, 2014.

FERREIRA, Joaquim – “Apadrinhamento civil atrai poucas famílias”, TSF Rádio Notícias, 2015.

MIRANDA, Adriano – “Lei do apadrinhamento civil apenas habilitou cinco padrinhos em dois anos”, Público, LUSA, 2012.

Legislação

- Decreto-Lei n.º 121/2010, de 27 de outubro Decreto-Lei n.º 121/2010, de 27 de outubro - Regulamenta os requisitos necessários à habilitação da pessoa que pretende apadrinhar a criança.
- Lei n.º 103/2009, de 11 de setembro. Estabelece o regime jurídico aplicável ao apadrinhamento civil.
- Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro (com as alterações introduzidas pela Lei 142/2015, de 8 de setembro e pela Lei n.º 23/2017, de 23 de maio. Lei de proteção de crianças e jovens em perigo.
- Provimento CG N.º 36/2014: Regulamenta o apadrinhamento afectivo, apadrinhamento financeiro e reconhecimento da paternidade socioafetiva.
- Recomendação CM/Rec(2009)10 do Comité de Ministros: Directrizes do Conselho da Europa sobre as estratégias nacionais integradas de protecção das crianças contra a violência.
- Convenção Europeia dos Direitos do Homem.
- Resolução da Assembleia da República n.º 20/90, Convenção dos Direitos da Criança.
- Proposta de Lei n.º 253/X, Presidência do Conselho de Ministros, 05 de fevereiro de 2009.

Jurisprudência

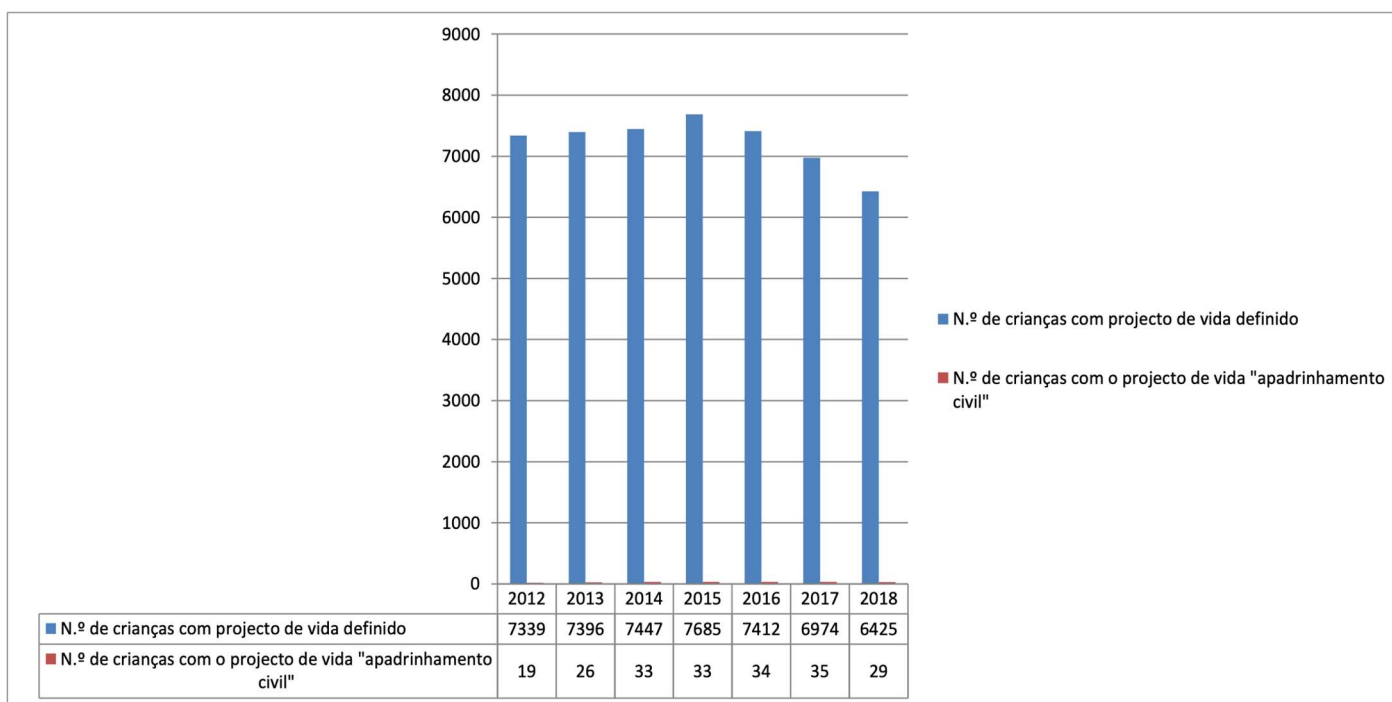
Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, Processo n.º 2288/08.0TCLRS.L1-2, 11/22/2012.

Acórdão da Relação de Coimbra, Processo n.º 289/07.4TBVNO.C1, 22-05-2007.

Debates Parlamentares

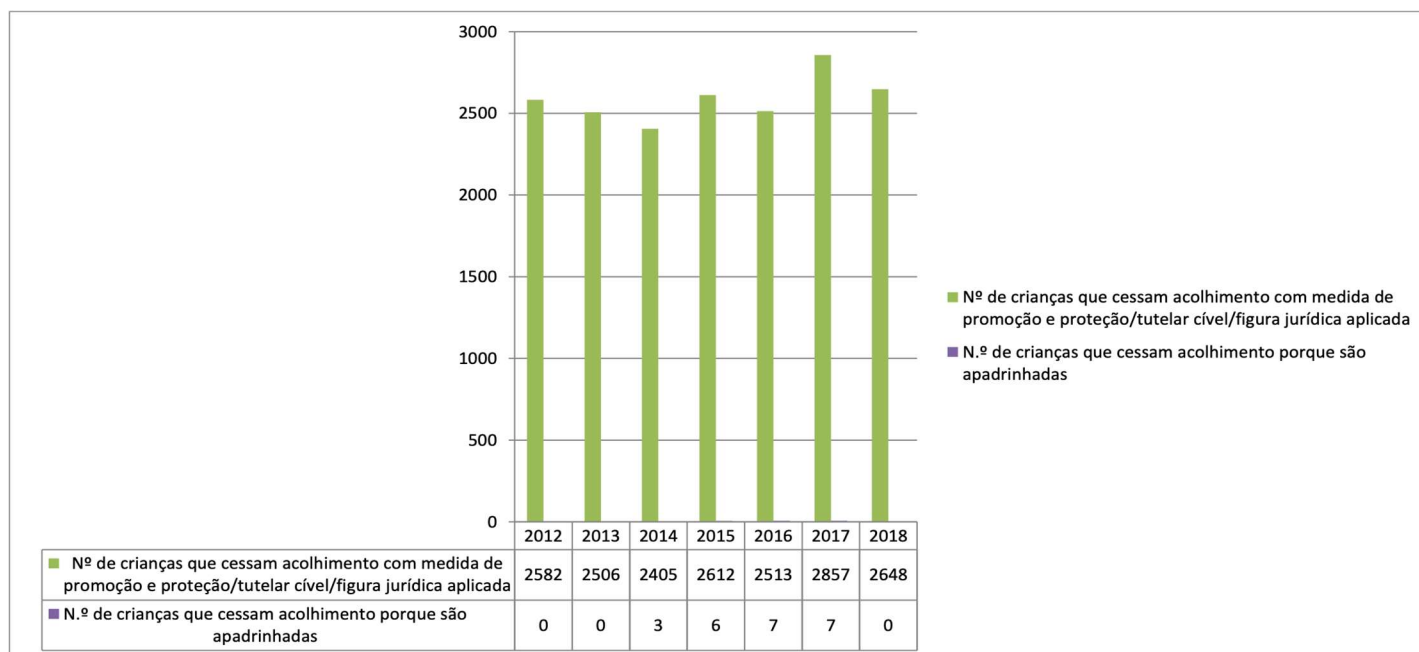
Discussão na Generalidade da Proposta de Lei n.º 253/X, Assembleia da República, Série I, X Legislatura, Sessão Legislativa 04, Número 081, 2009-05-16.

Anexo I – Expressão do Apadrinhamento Civil enquanto Projeto de Vida



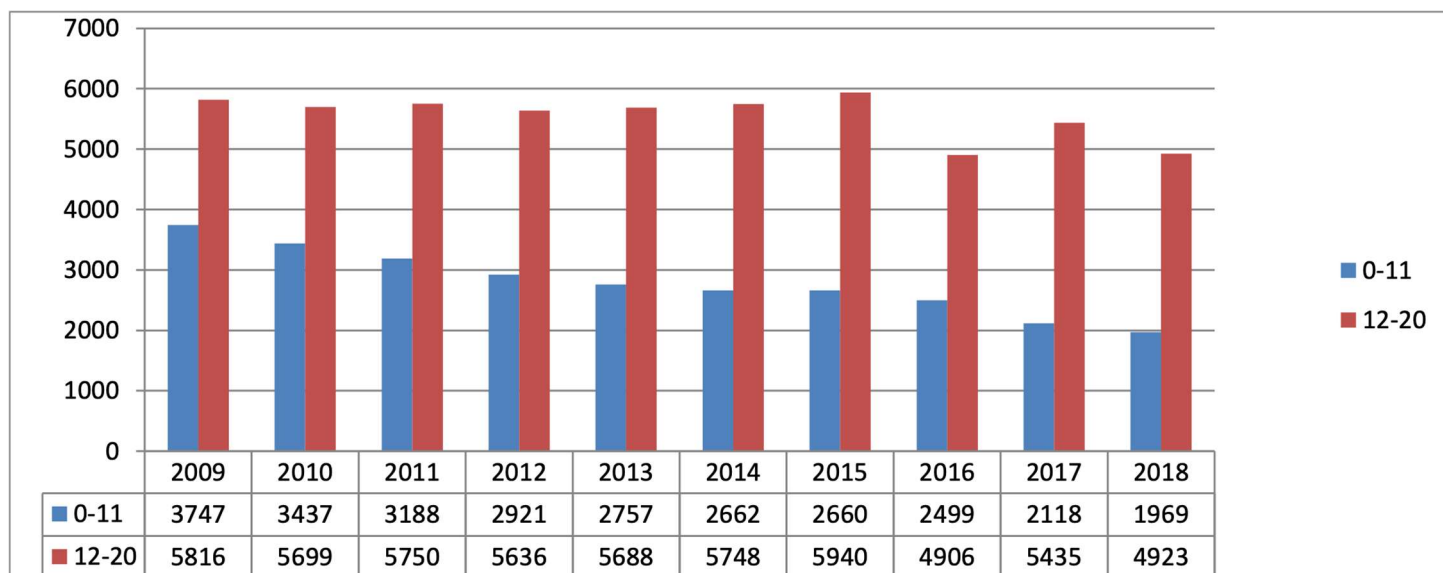
Fontes: Relatórios de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens – CASA 2012 a 2018.

Anexo II – Expressão do Apadrinhamento Civil enquanto razão para a cessação da situação de acolhimento



Fontes: Relatórios de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens – CASA 2012 a 2018.

Anexo III – Número de Crianças e Jovens em Situação Acolhimento por Faixa Etária



Fontes: Relatórios de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens – CASA 2009 a 2018.